

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

THIAGO MOREIRA MELO E SILVA

**MEMÓRIA CAMPONESA E A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA:
a presença das Ligas Camponesas no discurso do jornal *A União* (1961-1963)**

ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

THIAGO MOREIRA MELO E SILVA

**MEMÓRIA CAMPONESA E A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA:
a presença das Ligas Camponesas no discurso do jornal *A União* (1961-1963)**

Monografia apresentada ao curso de História, Sociedade e Cultura para obtenção do título de Especialista em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Lilian Marta Grisolio Mendes.

SÃO PAULO
2011

Dedico:

Ao meu pai Manoel, à minha irmã Sandra, ao meu sobrinho Gustavo e, sobretudo à minha mãe (Maria do Socorro) por sempre acreditar em mim e no meu trabalho, me acompanhando com seu amor e cuidado.

Aos que perderam suas vidas por ousarem questionar a situação dos camponeses em diferentes momentos de nossa história, bem como para aqueles que através de sua dedicação a causa camponesa, ainda lutam por melhores condições de vida e relações mais humanistas no campo.

AGRADECIMENTOS

No decorrer da pesquisa tantos são os contratempos que vão surgindo em meio ao nosso caminho, que às vezes finalizá-la parece algo tão distante e, até mesmo quase inviável. Felizmente, diante dessa situação sempre tive o apoio sincero, confiante e caloroso de minha família e amigos, obrigado pessoal pela paciência com minha impaciência!

No entanto, junto ao processo de pesquisa além dos obstáculos, muitas pessoas vão se agregando a nossa trajetória. Essa parte acho que é tão gratificante, quanto a alegria que sentimos quando finalizamos nosso trabalho. E felizmente nesse período em que realizei as disciplinas do curso, até o trabalho de campo e a fase de redação do texto, não foram poucas as que surgiram em meu caminho para contribuir de forma muito positiva.

Dentre essas pessoas, uma muito especial que se dispôs a me acompanhar nessa trajetória, e compartilhou do meu projeto quando ainda era apenas esboços de pensamentos na graduação, foi minha querida orientadora *Lilian*. Que longe de restringir sua orientação em ações formais e pontuais, a cada conversa me deixava mais confiante, empolgado e menos angustiado! Apostando muitas vezes em mim, em momentos em que eu mesmo não me sentia seguro para tal. *Lilian muito obrigado!* Agradeço também aos professores do curso que sempre estiveram engajados para que pudéssemos ser impulsionados da melhor forma possível em nossa vida acadêmica. Aos colegas do curso, em especial a Emília, pelas dicas e sugestões obrigado!

Ao me lançar na pesquisa de campo, um novo horizonte emergia a minha frente, pois sair de São Paulo para realizar trabalho de campo na Paraíba não seria nada fácil, sobretudo devido ao tempo e a distância.

Contudo, tive muita sorte em dispor da ajuda, atenção e paciência das pessoas certas, nos momentos em que não sabia exatamente a direção em que seguir. Nesse sentido, agradeço a minha prima *Madalena* por me acompanhar nas minhas primeiras visitas à cidade de Sapé, berço das Ligas Camponesas paraibanas. Ao *Nequinho* (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova) por nos acompanhar em meio a essa empreitada, além de

compartilhar comigo suas experiências da luta camponesa dos anos posteriores as Ligas Camponesas, ao lado da sindicalista Margarida Maria Alves. Muito obrigado!

Em Sapé, conheci *Carlito*, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé, o qual me guiou pela cidade de forma muito atenciosa e receptiva, apresentando alguns dos locais chaves envolvendo a história e a memória das Ligas Camponesas. Ao *Carlito* agradeço por compartilhar comigo um pouco de suas experiências e lembranças do tempo em que trabalhava na usina.

Ainda em Sapé, agradeço ao *Eduardo* e *Alan*, que em meio ao acampamento o qual se encontravam (ligado a *CPT* - Comissão Pastoral da Terra) em “Barra de Antas”, junto ao Memorial de João Pedro Teixeira, conversaram comigo um pouco sobre a realidade do campo hoje na região, bem como acerca de seus projetos e trabalhos para manter “viva” a memória das Ligas Camponesas.

Em João Pessoa, agradeço ao meu querido “Cabo Paulo” por me acolher em sua casa e me apresentar a maravilhosa “Jampa”, bem como alguns dos arquivos os quais freqüentaria regularmente para a aquisição das minhas fontes, em especial na Fundação Casa de José Américo (FCJA), onde passei a maior parte do tempo. Estendo esse agradecimento de forma igualmente calorosa, a minha querida *Cida* e família.

No arquivo da FCJA, agradeço aos funcionários que sempre me atenderam com muita competência e atenção, em especial ao meu grande amigo *Silvio* o qual se desdobrou em alguns momentos dentro de suas possibilidades para que eu pudesse cumprir meu cronograma. Agradeço também a diretora do arquivo da FCJA, a professora *Irene Fernandes* pela sua atenção, carinho e valorosas sugestões.

Ainda em João Pessoa, agradeço ao meu amigo *Francisco Varela*, o qual seja pelo seu trabalho (sobre a questão agrária), ou pelas experiências tanto no âmbito social e político, como no institucional (INCRA)¹ as quais compartilhava comigo, além de ampliarem minhas perspectivas acerca do tema, sempre me empolgaram muito. Obrigado meu amigo!

Durante a pesquisa de campo (na fase final) tive a oportunidade também de conhecer o senhor *Hélio Zenaide*, que me atendeu de forma muito receptiva, disponibilizando parte do seu tempo para dividir comigo suas lembranças, senhor

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Zenaide muito obrigado! Agradecimento o qual estendo também, a sua filha a professora *Maria Nazaré Zenaide*, pelas pertinentes indicações, seja de pessoas ou livros, de forma a ampliar meus horizontes.

Em Campina Grande, agradeço aos meus amigos do anexo pelo carinho e aconchego e, em especial à *Sthéfani* por (re) significar minhas visitas a cidade, e por me ajudar em alguns momentos de titubeio. Obrigado Sthé!

Em São Paulo, gostaria de agradecer ao meu querido mestre e amigo *Carlos Alberto Póvoa*, por sentar-se comigo na fase inicial dos meus escritos sobre as Ligas, fazendo as devidas intervenções e sugestões quando necessário. Sempre cobrando e incentivando o avanço da pesquisa de forma muito positiva.

Devo muito também aos meus valiosos amigos *Patrícia* e *Patrício*, os quais sempre me apoiaram, desde a fase mais incipiente dessa pesquisa. Dispondo-se a realizarem as leituras dos primeiros escritos, concedendo pronto retorno a mim sempre que requisitados, valeu amigos!

Agradeço ao seu *Pedro* que pacientemente leu essa monografia e realizou as devidas correções. Por fim agradeço a minha querida *Elza Sales* que gentilmente colaborou com a correção de algumas partes do texto, bem como a Lígia que fez a tradução do mesmo, do português para o inglês. *A todos o meu muito obrigado!*

Thiago Moreira

São Paulo, Setembro de 2011

“Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

(Cecília Meireles)

RESUMO

O presente trabalho tem como parte de seus objetivos, estudar a emergência das Ligas Camponesas junto a discussão em torno da reforma agrária que ocorria nas décadas de 1950 e 1960. Fomentadora de diversos debates, a reforma agrária mobilizou diferentes setores da sociedade que ora convergindo, ora discordando buscaram defender suas idéias e projetos de acordo com seus interesses e perspectivas. Como importante canal de mobilização junto aos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas atreladas ao PCB iriam surgir em fins dos anos 1940, e posteriormente se expandir e ganhar maior expressão nos anos 1950 e 1960. A partir desse cenário, pretendeu-se verificar como a atuação das Ligas Camponesas iria ser percebida pelo Estado paraibano, e como os trabalhadores rurais seriam representados no discurso do jornal estatal *A União*. O período em análise foi delimitado entre os anos de 1961 e 1963, momento o qual compreendia a gestão do Governado Pedro Gondim, e de diversas ebulições sociais e políticas ocorrida no nordeste, e, sobretudo, na zona rural da Paraíba. Com base na concepção de Fairclough e Van Dijk *acerca da análise de discurso* e do *poder*, realizamos a análise dos enunciados, bem como dos textos presentes no periódico a fim de verificar de que maneira as ações do Estado com relação ao movimento camponês, e as transformações sociais iriam se refletir e materializar no discurso do jornal.

Palavras-chave: Ligas Camponesas, Reforma Agrária, Jornal, Pedro Gondim, Análise de Discurso.

ABSTRACT

The present study has as part of its goals to evaluate the emergence of the “Rural Leagues” on the discussion about the agrarian reform which occurred in the 1950s and 1960s. Instigating several debates, the agrarian reform has mobilized different sections of society which either converging or disagreeing sought to defend their ideas and projects according to their interests and perspectives. As an important link of mobilization towards the rural workers, the “Rural Leagues” connected to “PCB” would emerge in the late 1940s and spread and get importance in the 1950s and 1960s. From this scenario, the purpose was to check how the performance of the “Rural Leagues” would be perceived by the State of Paraíba and how the rural workers would be represented in the discourse of the state newspaper “*A União*”. The period under evaluation was from 1961 to 1963, moment that included the management of the governor Pedro Gondim as well as several social and political revolts that took place in the Northeast especially in the rural area of Paraíba State. Based on Fairclough and Van Dijk’s concept on the analysis of discourse and power, we conducted the assessment of the statements and texts presented in the journal in order to verify how the actions of the State related to the rural movement and the social changes would reflect and materialize in the discourse of the newspaper.

KEY-WORDS: Rural Leagues, Agrarian Reform, Newspaper, Pedro Gondim, Analysis of the Discourse.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 - O cenário político nacional e as Ligas Camponesas.....	14
1.1 – O processo de redemocratização política (1945): O PCB e a formação das Ligas Camponesas	14
1.2 – A ascensão dos movimentos sociais	18
1.3 - O governo João Goulart: Reformas sociais e a crise política	23
2 - Nordeste: a questão agrária nos anos 1950-1960.....	26
2.1 - Nordeste: uma “nova configuração” fundiária.....	26
2.2 – A questão agrária e socioeconômica no Nordeste: novas perspectivas e mobilizações	29
2.3 – Debates e projetos acerca da reforma agrária: encontro e desencontros ..	32
2.4 – O cenário político e a questão agrária na Paraíba (1950-1960).	37
3 - As Ligas Camponesas na Paraíba e o Discurso do Jornal <i>A União</i>.....	41
3.1 – A formação das Ligas paraibanas.....	41
3.2 – A atuação da Liga Camponesa de Sapé: conflito e violência no campo ...	47
3.3 - Aspectos metodológicos da pesquisa com o jornal	54
3.4 – O Jornal <i>A União</i> e a questão agrária na Paraíba (1961-1963).....	56
3.5 - A presença da Liga Camponesa no discurso do jornal <i>A União</i> (1961-1963)	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	89

APRESENTAÇÃO

Com as mudanças ocorridas no cenário da política nacional, regional e na estrutura econômica entre 1950-1960, o Brasil sofreu uma série de transformações que longe de restringirem-se somente ao campo da política e da economia, tiveram seus desdobramentos nos mais diferentes setores da sociedade.

Nos grandes centros urbanos intensificaram-se as greves e as manifestações do operariado, pleiteando melhores condições de vida e de trabalho. No campo por sua vez, emergiam diversas associações rurais as quais na medida em que mobilizavam a massa camponesa, também intensificam as denúncias e críticas acerca da situação de exclusão em que viviam os trabalhadores rurais. Junto a isso, tentou-se expandir os espaços de debates em torno da questão agrária e institucionalizar reivindicações que há muito afetava o cerne do campesinato, porém sem que nunca fossem considerados como prioridades dentro da pauta de desenvolvimento do país.

No presente trabalho com base na discussão teórica que se refere ao cenário político engendrado nos anos 50 e 60, e a partir do processo de emergência das Ligas Camponesas, pretendeu-se traçar o perfil e parte da trajetória das Ligas em seus momentos mais expressivos na região Nordeste e, sobretudo no caso da Paraíba. Dentro dessa perspectiva utilizamos em nosso referencial teórico, autores que pudessem fundamentar a pesquisa, junto a nossa discussão em torno do cenário político e social dos anos 1960, bem como que, contemplassem também a emergência das Ligas em meio a esse cenário.

Somado a isso, buscou-se verificar como a expansão do movimento camponês paraibano repercutiria na estrutura social, política e de poder; e como as Ligas Camponesas durante sua atuação seriam “compreendidas” pelo Estado paraibano junto ao bloco agroindustrial.

Para tanto, como objeto de análise utilizaremos o periódico estatal paraibano *A União*. Optamos por esse jornal, por entendermos que se tratava de um importante espaço de articulação e de ações do Estado frente a sociedade paraibana no período abordado nessa pesquisa. Nesse sentido, lançamos mão dessa fonte a fim de identificar como as mobilizações das Ligas Camponesas iriam refletir na atuação do Estado paraibano e, como as ações do Estado se

materializariam frente a sociedade por meio dos discursos apresentados no jornal *A União*.

Como fundamentação para análise dos textos presentes no jornal durante o processo de análise, empregamos a idéia de *Discurso* de Fairclough (2001, p. 91), o qual entende o *discurso* como “*uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado*”. Ainda de acordo com o autor, utilizamos em nosso trabalho a percepção do discurso como uma *prática política* a qual pode manter e transformar as relações de poder e das entidades coletivas (classes, comunidades e grupos); e da *prática ideológica* que, “*constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder*”. (Fairclough, 2001, p. 94). Ainda como auxílio à análise ao periódico, lançamos mão da acepção de *Análise de Discurso Crítica* trabalhada por Van Dijk (2008), como um instrumento de análise às formas de abuso de poder, manipulação e desinformação, que resultam em desigualdades e injustiças sociais.

Essa pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo voltou-se para a discussão acerca do contexto histórico e político do país entre o final do Estado Novo em 1945 até a década de 1960. Objetivando situar dessa forma, a natureza das Ligas Camponesas em sua fase inicial articuladas ao PCB, bem como a emergência das lutas sociais ocorridas ainda no governo de Juscelino Kubistchek e posteriormente intensificadas no Governo de Jânio Quadros e de João Goulart.

O segundo capítulo discorrerá acerca das transformações ocorridas no campo a partir das novas demandas geradas pelo capital em conjunto, com o cenário do mercado mundial do pós-guerra. Tratará também, sobre a emergência das idéias desenvolvimentistas na região Nordeste ainda em fins dos anos 1950, bem como os debates em torno da reforma agrária que ocuparia diversos espaços, mobilizando assim, diferentes forças e setores da sociedade. Na parte final do capítulo, destacou-se o modelo de produção estabelecido na zona da mata paraibana em meados do século XX, bem como a conjuntura política e a formação das máquinas partidárias da Paraíba após o fim do Estado Novo.

No terceiro capítulo, discutiremos como se deu o processo de formação das Ligas Camponesas na Paraíba e sua natureza. Ainda sobre o movimento paraibano, buscamos reconstituir o cenário de atuação das Ligas, na tentativa de destacar as

possibilidades e os entraves que permeavam a trajetória do movimento. Nos tópicos seguintes, iniciamos a análise do jornal *A União*, com o objetivo de verificar como o periódico posicionou-se frente aos debates em torno da questão agrária, e acerca das mobilizações dos trabalhadores rurais a partir das Ligas Camponesas.

Dentro da perspectiva de Fairclough (2001) e de Van Dijk (2008) que, colocam o *discurso* como prática dialética, ou seja, que tanto contribui para as transformações da estrutura social, como também sofre mudanças a partir da dinâmica social, é que analisamos o discurso do jornal com relação as Ligas Camponesas durante os anos de 1961, 1962 e 1963. Pretendeu-se assim, identificar como foi conduzido o discurso do Estado (a partir do jornal) com relação ao movimento camponês nesses anos, bem como constatar se existiu alguma mudança nesse discurso, seja por influência da dinâmica social ou por outro fator.

1 - O cenário político nacional e as Ligas Camponesas

1.1 – O processo de redemocratização política (1945): O PCB e a formação das Ligas Camponesas

Apoiado por diferentes grupos políticos e militares, Getúlio Vargas assume a Presidência da República com o golpe de 1930, em caráter provisório. No entanto, ao se estabelecer no poder, nele permaneceria durante 15 anos. Em meados de 1945, diversos fatores, entre eles a pressão pela convocação duma Assembléia Constituinte, geraram insustentáveis tensões políticas que o retiraram do poder. A derrubada dessa ditadura marca o início do processo de transição para a democracia no Brasil.

As dificuldades de Vargas em se manter no poder, segundo Fausto (2009), foi resultado mais da entrada do Brasil no cenário das relações internacionais no contexto da Segunda Guerra Mundial do que pelas condições políticas internas.

[...] a opção por lutar contra o nazi-fascismo colocou em xeque a manutenção de uma ditadura no país. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo decorrente dessa contradição para retomar a iniciativa. Foi nesse quadro de redefinições que o Estado Novo entrou em crise e finalmente caiu em outubro de 1945.²

Apesar de terem sido presos (principalmente em 1935), duramente reprimidos e desarticulados durante o governo Vargas, e terem se posicionado contra o nazi-fascismo internacionalmente, os dirigentes do Partido Comunista do Brasil - PCB³- passaram a apoiar o governo Vargas, seguindo a orientação de Moscou⁴. Esse apoio, conforme Fausto (2009), constituiu-se em um dos fatos mais controvertidos daquele momento entre os comunistas. Assim, *“o Brasil não só entrara na guerra contra o Eixo como, em abril de 1945, estabeleceu relações diplomáticas com a*

² Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>. (Acesso em 05/08/2010).

³ A Sigla PCB correspondeu a Partido Comunista do Brasil até 1961; daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro. Em fevereiro de 1962, na Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, é adotada a sigla PC do B. As revelações dos crimes de Stálin no XX Congresso do PCUS, em 1956, gerou uma cisão no PCB: Ao lado deste, passou a (co)existir também o PC do B. (GORENDER, 1987, p. 20, 34 apud VARELA, 2006, p. 69).

⁴ Sobre o apoio do PCB ao governo Vargas, ver: Fausto (2009, p. 386-387). Com relação às dissidências surgidas dentro do partido, resultante desse apoio, essa discussão é desenvolvida em (CAMARGO, 1997, p.401-409).

União Soviética, pela primeira vez em sua História". (FAUSTO, 2009, p. 386). É nesse cenário iniciado durante o final da Segunda Guerra Mundial e do fim do Estado Novo, que o PCB vai buscar rearticular-se para consolidar sua base política.

No curso de 1945, as greves operárias, sufocadas durante o "Estado Novo", surgiram novamente, provocadas pela elevada inflação dos últimos anos da guerra e graças ao gradativo restabelecimento das liberdades democráticas (FAUSTO, 2009). Entretanto, o terreno favorável à eclosão dessas manifestações não se limitou apenas aos centros urbanos; tais episódios se estenderam também ao campo.

Preocupados em promover o fortalecimento do partido, os comunistas buscaram estabelecer e intensificar sua presença no meio rural do país. Como destaca Moraes (1997), com o término da ditadura Vargas, as massas camponesas se manifestaram em muitos estados brasileiros, destacando-se nesse processo de mobilização o Partido Comunista como única organização voltada às massas rurais.

Segundo Azevêdo (1982), surgidas em 1945 após o fim do governo Vargas, as primeiras Ligas Camponesas, sob a direção do recém legalizado PCB, apresentavam-se como meio de organização e mobilização do campesinato atrelado ao partido. *"As organizações atuavam segundo as táticas ditadas pelo Partido Comunista, que propugnava uma política de acumulação de forças (militares e de eleitores), sob a palavra de ordem de uma unitária e disciplinar aliança operário-camponesa"*. (MORAIS, 1997, p.23).

Conforme Azevêdo (1982), as Ligas Camponesas naquele período agregaram milhares de camponeses estabelecidos em diversas regiões do país, como no Nordeste, particularmente em Pernambuco, onde se destacaram as associações de Pau D'Alho, Goiânia e Iputinga⁵ (perto de Recife). Segundo o autor, tais associações sucessivamente tentaram transforma-se em sindicatos, contudo, sem nunca obterem resultados, ora devido à resistência dos proprietários de terra, ora pela negativa do Ministério do Trabalho.

Nesse primeiro momento, a reforma agrária imediata não era o eixo central das aspirações das Ligas Camponesas. O objetivo principal do PCB era a formação de uma aliança operário-camponesa. Cabe ressaltar a relevância da criação e do papel dessas Ligas naquela circunstância, pois a mobilização política dos camponeses implicavam várias dificuldades.

⁵ Associação dirigida por José dos Prazeres, líder que teve papel importante na criação da Liga da Galiléia em 1955.

Organizar sindicalmente os trabalhadores agrícolas, apesar de não ser proibido, tornou-se, no entanto, quase impossível, dado o tortuoso procedimento na tramitação das solicitações de personalidades jurídicas [...] Pelo fato de não se poder superar esses rígidos limites institucionais, a única possibilidade residia em atuar dentro do âmbito do Código Civil, o mesmo que admite a organização de associações de caráter não especificamente trabalhista. (MORAIS, 1997, p.22).

Mister se fazia fortalecer a base social e política das Ligas assim como a discussão sobre a necessidade de se promover uma profunda Reforma Agrária no país, que melhorasse a condição do trabalhador rural e as formas de acesso à terra. Em consonância a esse debate, já ocorriam, em nível de parlamento nacional, a apresentação de algumas propostas. Segundo Stedile (2005), em 1946, na Assembléia Nacional Constituinte, o Senador Luiz Carlos Prestes, representando a bancada do PCB, apresentou um projeto de lei de reforma agrária, o qual criticava a forte concentração fundiária e as condições a que estava submetido o homem do campo⁶.

Nesse período, os comunistas encontravam-se mais presentes nas decisões políticas e institucionais do país, conjuntura possível depois da derrubada do Estado Novo e do crescimento e das vitórias do PCB nas eleições de 1946. Em 1945 tinha-se formado os três principais partidos que iriam direcionar e atuar no cenário político nacional entre os anos de 1945-1964: A UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

O PCB surgia em 1946 como o quarto partido do país. Elegera dezessete deputados e um senador e alcançara a maioria na Câmara de Vereadores do Distrito Federal. Em São Paulo, os comunistas obtiveram o terceiro lugar no total de votos nas eleições estaduais de 1947, superando a UDN. Calcula-se que o partido contava, em 1946, com cerca de 180 a 200 mil militantes. (FAUSTO, 2009, p. 402).

O universo político estabelecido após 1945 permitiu a formação de novos partidos, entre eles a do PCB, cuja base seriam as massas dos centros urbanos e das áreas rurais. O fortalecimento do PCB no plano político, como apresenta Moraes (1997), foi resultado da atuação do partido junto às massas camponesas entre os anos 1945-1947⁷. Os comunistas mobilizaram assim os trabalhadores agrícolas em vários estados, o que possibilitou as condições para a vitória no pleito eleitoral desse período, dispondo dessa forma de amplo apoio, muitos votos camponeses e

⁶ Sobre as medidas apresentadas nesse projeto ver: STEDILE, 2005, p. 17-28.

⁷ Período que o partido atuou na legalidade.

neutralizando de forma parcial o poder eleitoral sob influência das oligarquias coronelistas. (AZEVEDO, 1982).

Os dados referentes aos cargos conquistados pelos comunistas demonstram o poder de atuação e de decisão do PCB e de suas organizações, como os sindicatos e as Ligas Camponesas.

Camargo (1997) destaca que, embora a campanha pela reabertura fizesse com que muitas forças sociais emergissem no palco da política nacional, como por exemplo, o PCB, esse não vai ser o cenário político e nem o perfil do primeiro governo constitucional. Haja vista que as primeiras medidas do governo Dutra foram para desmobilizar e refrear as manifestações de massas, dos sindicatos, bem como do PCB, os quais *“havia iniciado com o quererismo semi-oficial de 1945”*. (CAMARGO, 1997, 143).

Passado pouco tempo da apresentação do projeto de Reforma Agrária do PCB na Assembléia e do início da rearticulação dos comunistas, *“em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas por [...] deputados do PTB, o Supremo Tribunal Federal decidiu cassar o registro do Partido Comunista”* (FAUSTO, 2009, p. 402).

Conforme Moraes (1997), essa decisão pela cassação do PCB, longe de se restringir apenas ao partido, afetou também suas organizações, principalmente no meio rural, onde ocorreram a maioria das prisões, assassinatos e perseguições. *“Nesse processo serão atingidas numerosas organizações camponesas, entre elas as já ativas Ligas Camponesas que, transformadas, voltarão à cena alguns anos mais tarde, com novo vigor e maior capacidade expansiva”*. (CAMARGO, 1997, p. 143). Segundo Meira (apud BASTOS 1982), as Ligas Camponesas terminariam a década de 50 com cerca de 40 mil associados no Estado de Pernambuco e cerca de 70 mil no Nordeste.

Dessa forma, as Ligas Camponesas traçaram um caminho singular na História Social e Política Brasileira em meados do século XX, pois as ações desses movimentos, ainda que incipientes, na década de 1940, iriam repercutir nos anos 1950 e 1960 em um processo permeado por diferentes debates em torno da Reforma agrária, que concentraria diversos projetos buscando se repensar a estrutura fundiária vigente no país.

1.2 – A ascensão dos movimentos sociais

Os anos que se passaram entre a administração do presidente Dutra e o governo de Jânio Quadros, também foram permeados por constantes convulsões sociais, bem como pelo processo de amadurecimento dos movimentos sociais e de suas ações tanto nos centros urbanos quanto na zona rural.

Embora não se comente muito sobre grandes manifestações sociais ocorridas no governo de Juscelino Kubitschek, é justamente em sua gestão que o sindicalismo passaria por modificações que iriam se evidenciar tempos depois no governo de João Goulart. (FAUSTO, 2009). Destacou-se também nesse período a atuação dos sindicalistas e suas participações junto às greves, por conseguirem se utilizarem “*do momento de distensão política e da posição estratégica e simpática do vice-presidente para conseguir ganhos materiais e simbólicos para os trabalhadores*”⁸. Como destaca Toledo (1982), durante o governo de Kubitschek, 177 greves ocorreram no país, número esse que subiu para 435 paralisações no governo Jango.

No que tange às organizações no campo, durante o governo de JK a questão agrária já entrara na pauta tendo como destaque o seu potencial revolucionário. O que iria se confirmar a partir das sucessivas invasões de terras ocorridas em diferentes estados como no Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e pela reorganização das Ligas Camponesas em Pernambuco. (BANDEIRA, 2001).

Foi principalmente no governo JK que começou a ganhar evidência um dos mais novos atores na cena política brasileira, o campesinato [...] que passou a ter maior visibilidade, ocupando as primeiras páginas dos jornais, impondo-se ao debate político, projetando os camponeses nas cidades, nos centros de tomadas de decisão.⁹

Segundo Toledo (1982), a politização e o grau de mobilização dos movimentos trabalhadores do campo nos anos 1950 apresentavam-se como uma nova perspectiva dentro da história política brasileira. Originando-se esses movimentos “*da resistência – muitas vezes armada – dos foreiros contra as*

⁸ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentoSindicalUrbano> (Acesso em 05/08/2010).

⁹ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentosSociaisCampo> (Acesso em 05/08/2010).

tentativas de expulsão das terras onde trabalhavam, movida pelos proprietários". (TOLEDO, 1982, p. 76). Formada dentro do contexto político e histórico dos anos 50, as Ligas Camponesas, de acordo com Ianni (1971), surgiram em meio ao processo de redefinições das relações entre os latifundiários e os camponeses:

[...] quando se rompe a base do universo comunitário em que o fazendeiro, o capataz e o camponês aparecem como membros de um mesmo "nós" coletivo [...] ou seja, quando são definidos as fronteiras reais que separam o fazendeiro e o trabalhador rural; quando o camponês se transforma em proletário. (IANNI, 1971, p. 138).

Embora o cenário reconstituído acima evidencie a ebulição política e social vivida pelo país nos anos 1950, ainda assim *"eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e pouquíssimas as que conservavam o nome de Ligas. Uma delas era a Liga Camponesa de Iputinga, localizada nos arredores de Recife"*. (MORAIS, 1997, p.27). Essa Liga tinha em sua liderança José dos Prazeres¹⁰, que por meio da Liga de Iputinga buscava mobilizar camponeses em torno da organização.

Através de seus contatos, José dos Prazeres aproximava-se da importante ação de reorganizar parte dos camponeses de Pernambuco, o que vai se concretizar a partir da criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco - SAPPP¹¹, sendo essa composta por camponeses do engenho Galiléia. (MORAIS, 1997).

O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como "ligas camponesas" iniciou-se, de fato, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de "fogo morto"¹². O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 [...].¹³

Naquele momento, fundar qualquer associação com a denominação de sindicato¹⁴ seria motivo para forte repressão, explica João Virgílio. O movimento não

¹⁰ Antigo membro do PCB, agora dedicado a contatar camponeses em litígio com proprietários de terra.

¹¹ Para melhor compreensão acerca da natureza da SAPPP, ver: (IANNI, 1971, p. 138-141); (AZEVEDO, 1982, p. 59-63).

¹² Entende-se como engenho de fogo morto, os estabelecimentos agrícolas destinados à cultura de cana e à fabricação do açúcar, e que, no entanto, não se encontram mais em atividade.

¹³ Disponível: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp - (Acesso em 05/08/2010).

¹⁴ A primeira tentativa de sindicalização rural no Brasil ocorreu com a Lei nº 979 de 06 de Janeiro de 1903. Que propunha congregar patrões e empregados, porém não foi regulamentada. (VARELA, 2006, p. 95).

podia adquirir projeção devido à oposição oriunda das autoridades locais e dos proprietários de terras¹⁵. Diante disso, propõe-se estabelecer o quadro administrativo da SAPPP junto aos moradores e de convidar o proprietário do engenho Oscar Beltrão a assumir a presidência de honra, a fim de não despertar suspeitas ou intrigas entre os moradores e o proprietário, tendo este último aceito o convite.

Logo em seguida, no entanto, o proprietário foi alertado pelo seu próprio filho e por alguns fornecedores e usineiros, como Sadir Pinto do Rego (engenho Suribim) e Constâncio Maranhão (engenho Tamatamirim) que a organização dos foreiros representava uma ameaça potencial à “paz agrária” na área, e que a iniciativa “era obra dos comunistas”. Oscar Beltrão recusa, então, o cargo honorífico e ordena a dissolução da sociedade agrícola..., ameaçando represálias policiais, o aumento do foro anual e a expulsão em massa dos foreiros do engenho. (AZEVEDO 1982, p. 61).

A partir deste momento, os membros da SAPPP se viram em situação de desamparo, pois estavam prestes a serem expulsos do engenho, tendo que deixar a terra, suas moradias, e todo seu trabalho de lavouras para trás sem direito à indenização. Episódio comum em muitos latifúndios, haja vista que “a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, não tinha nenhuma preocupação especial com o trabalhador agrícola”. (IANNI, 1971, p. 142).

Diante das dificuldades em que se encontravam, os camponeses foram buscar ajuda em Recife, pois suas chances de resistência só existiriam se a SAPPP não se restringisse ao âmbito local e recorresse ao apoio jurídico e político fora do município de Vitória de Santo Antão, onde tanto a justiça como a polícia sofriam forte influência do poderio agrário. (AZEVEDO, 1982).

É nesse período, em 1955, que o advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB, Francisco Julião, toma ciência da situação dos foreiros no Engenho Galiléia e aceita assumir a causa ao lado dos “galileus”, *“Julião já defendera inúmeras causas de camponeses, mas causas isoladas. Percebe nesta, por tratar-se de grupo organizado, um grande potencial de desenvolvimento”*. (BASTOS, 1984, p. 20). Para Souza (1982), neste momento a principal preocupação de Julião foi de conferir base jurídica à SAPPP, podendo posteriormente enquadrar a luta dos camponeses a um processo jurídico.

¹⁵ Entrevista concedida por João Virgílio (morador do engenho Galiléia) a Eduardo Coutinho, durante a gravação do filme “Cabra Marcado para morrer”.

Segundo Bastos (1984), no ano de 1957, o deputado Francisco Julião apresentou o primeiro projeto na Assembléia Legislativa de Pernambuco, solicitando a desapropriação do Engenho Galiléia.

A desapropriação, discutida e aprovada em 1959, foi antecedida por concentração de camponeses na cidade de Recife, reunindo centenas de agricultores diante da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo, pressionando os deputados a votarem de forma favorável ao projeto e o governador a sancioná-lo, transformando-o em lei. (AZEVEDO, 1982, p. 71).

“Através da luta judicial, os “galileus” tornaram-se conhecidos do grande público, ganhando espaço mesmo na imprensa nacional”. (BASTOS, 1984, p. 20). O ato teve repercussão em âmbito nacional, tendo um editorial no jornal O Estado de São Paulo, em 18 de Fevereiro de 1960 com o seguinte título.

Editorial: Demagogia e Extremismo:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos [...]. O movimento ganhará novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades, com invasão de oficinas, com o apossamento violento das fábricas, com assaltos a casas de residências, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim. E o que, com sua cegueira, o Governo pernambucano incentivou foi a revolução. (Jornal: O Estado de São Paulo 18 de Fevereiro de 1960 - primeiro caderno).

Em meio a suas conquistas e resistência, a Liga Camponesa¹⁶ se fortaleceu, dispondo agora de uma relevante vitória no plano jurídico e sócio-político frente ao latifúndio. Para Santiago (2001), a dimensão do exagero presente no editorial expressava o pensamento de muitas pessoas, pois a Liga além de dispor de uma vitória no campo jurídico e político, após a desapropriação do Engenho Galiléia. Também dispunha de uma vitória no plano simbólico, fato que expressou uma inversão de forças e de posição, entre o latifundiário e o camponês, sendo que nunca este último havia levado adiante suas reivindicações.

¹⁶ Sobre a utilização do termo “Liga Camponesa” para referir-se aos “galileus” junto a SAPPP, Julião ressalta que: “quem batizou a Sociedade Agrícola e Pecuária com esse nome “Liga”, em 1955 foram os jornais do Recife para torná-la ilegal. A Liga Camponesa começou sendo crônica policial. Qualquer coisa relacionada com a Liga estava na página policial, porque consideravam que tudo o que acontecia no campo não era senão uma série de delitos cometidos pelos camponeses” [...]. (Jornal O Pasquim, edição de 12 de Janeiro de 1979).

Logo após esse fato, iria se constatar uma crescente participação política por parte do campesinato, resultado das mobilizações e das discussões promovidas pelas Ligas, que estavam começando a expandir sua organização e a tomar corpo na região nordeste.

A partir de 1959, as ligas camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, na Paraíba, o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local.¹⁷

Alguns fatores contribuíram para que o movimento camponês se expandisse rapidamente, não só no Engenho Galiléia, mas em outras regiões. Dentre eles deve-se ao fato de sua base social – o foreiro – representar uma categoria social, ameaçada e em extinção, frente à crescente expansão do latifúndio sobre as pequenas propriedades e as produções de subsistência. (BASTOS, 1984). Conforme Moraes (1997), diversos foram os pontos que confluíram para a expansão das Ligas. Prossegue o autor, ressalta-se a ampliação das liberdades democráticas no país, a partir da eleição de Kubitschek e Goulart à presidência e vice-presidência da república respectivamente.

As ligas camponesas foram como que um grito de alerta e de protesto que atraiu para Pernambuco a atenção do mundo e para seus núcleos mais expressivos visitas ilustres, como Robert Kennedy, Arthur Schlesinger Jr., Sargent Shriver, Jean-Paul Sartre e Yuri Gagarin, entre outros. A televisão e a imprensa, em diversos países do mundo, transformaram Julião e as ligas em símbolo do Terceiro Mundo emergente.¹⁸

Perpassando toda essa trajetória, as Ligas Camponesas, além de se tornarem instrumentos de mobilização da grande massa camponesa, ocuparam também o cerne das atenções e preocupações das elites agrárias e de diversos setores da política nacional.

¹⁷ Disponível: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp - (Acesso em 05/08/2010).

¹⁸ Disponível: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp - (Acesso em 05/08/2010).

1.3 - O governo João Goulart: Reformas sociais e a crise política

Com pouco mais de seis meses de sua posse como presidente da república, Jânio Quadros anunciou no dia 25 de agosto de 1961 sua renúncia. Chegando ao fim desta forma seu governo, que foi permeado em sua curta duração por uma série de contradições e ambigüidades políticas. Jânio Quadros, que após sua renúncia esperava ter o apoio popular e político para seu retorno, logo teve suas esperanças esvaecidas, pois *“nem os ministros militares e, menos ainda, as massas populares tomaram qualquer iniciativa no sentido de reivindicar a volta de Quadros”*. (TOLEDO, 1982, p. 8).

Quanto aos setores populares e de esquerda, cabe destacar a insatisfação desses, devido à ausência de ações decisivas e de efetivas transformações sociais prometidas pelo governo de Jânio Quadros. (BENEVIDES, 1981). Após a aceitação do pedido de renúncia de Jânio pelo Congresso Nacional:

Em várias partes do país, os setores populares e democráticos saíram às ruas para defender, isto sim, a posse de João Goulart, ameaçada por um arbitrário veto militar, plenamente respaldado pela UDN e demais setores conservadores. As manifestações populares, associadas com as de políticos democráticos e de militares nacionalistas, conseguiram impedir o golpe militar que se configurava em agosto de 1961. (TOLEDO, 1982, p. 8).

O quadro de crise instaurado no país naquele momento, sobretudo pela ausência de Jango (que na condição de vice-presidente se encontrava em visita à China), dominaria o palco da política nacional e fomentaria o debate acerca da sucessão presidencial, polarizada, entre os ministros militares que não concordavam com a posse de Jango e os que apoiavam a “legalidade”. (SKIDMORE, 1982).

Ao contrário do que seus adversários difundiram, Goulart não estava despreparado para dirigir o país, quando chegou a Brasília, após dez dias de crise, em 7 de setembro de 1961. Tinha mais condições para exercer o cargo de Presidente da República do que Jânio Quadros e, quiçá, do que o próprio Kubitschek, em 1956. Levava um programa de governo – o das reformas de base – e larga experiência na política federal, o que lhe dava uma visão mais ampla, menos provinciana, dos problemas brasileiros. (BANDEIRA, 2001, p. 65).

Mesmo contando com condições a seu favor para assumir o cargo de Presidente da república:

Goulart, no entanto, recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação mais exigia um governo forte, centralizado para efetuar as mudanças que o desenvolvimentismo do capitalismo reclamava. (BANDEIRA, 2001, p. 65).

Frente a esse impasse, o Congresso adotou uma medida que permitiria a posse de Goulart, contudo, dentro de uma operação de mudança no sistema de governo vigente, o qual deixaria de ser o presidencialista para tornar-se o parlamentarista, impondo, dessa forma, sérias restrições aos poderes de Jango. (FAUSTO, 2009).

Nos meses seguintes de sua posse, Jango enfrentou em seu governo muitas dificuldades. Resultado em parte do legado das gestões anteriores e dos novos obstáculos engendrados durante o processo de sua posse e do estabelecimento de seu governo. Segundo Toledo (1982), o quadro que se configurou durante o governo de Jango entre agosto de 1961 e março de 1964 caracterizou-se por forte crise econômico-financeira, partidária, constantes crises político-institucionais e, *sobretudo pela emergência do movimento operário e dos trabalhadores do campo. (Grifo nosso). “No plano da sociedade, houve um avanço dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores. Os setores esquecidos do campo [...] começaram a se mobilizar”.* (FAUSTO, 2009, p. 443).

Entretanto, na medida em que esses novos atores foram ascendendo no plano político e social, pouco se avançou com relação à elaboração de questões institucionais que pudessem contemplá-los. Em 1961, ainda no governo, Jânio Quadros encaminhou ao Congresso Nacional uma mensagem indicando a necessidade de se estruturar melhor a situação dos trabalhadores rurais no país:

Precisamos ampliar o campo da aplicação da legislação do trabalho, não só territorialmente como para beneficiar maior número de trabalhadores brasileiros [...] É nesse sentido que pretendemos submeter ao Congresso a disciplina do trabalho rural. Não podemos postergar a proteção do direito desses trabalhadores, nem pretender uma verdadeira sociedade nacional se mais da metade da população não dispõe de instrumentos de sindicalização para se fazer presente. (Jânio Quadros – Mensagem ao Congresso Nacional, Brasília, 1961, p. 69/70 apud CAMARGO, 1997, p. 171).

Conforme Camargo (1997), na tentativa de implementar os pontos apresentados na mensagem ao Congresso, formou-se em abril de 1961, o *Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra*, sob a direção do senador Milton Campos. Entretanto, algumas medidas apontadas pelo grupo iriam se concretizar, segundo a

autora apenas durante o primeiro gabinete parlamentarista do governo Jango em 1962. Para Benevides (1981), essas expectativas frustradas dos setores populares e da esquerda durante a breve existência do governo de Jânio, iriam sobrecarregar posteriormente o governo Jango, “*de demandas insustentáveis num sistema político ainda dominado pelos interesses das oligarquias, das elites financeiras e do capitalismo internacional*”. (BENEVIDES, 1981, p. 74-75).

Tais demandas, geradas em torno do governo Jango, iriam intensificar-se ainda mais, sobretudo no regime presidencialista, a partir da revogação da emenda parlamentarista em 23 de janeiro de 1963, após realização do plebiscito. A estagnação do governo (em alguns aspectos), durante o regime parlamentarista, dificultou muitas das ações que o Executivo tentaria implementar em busca de uma saída para a crise em que se encontrava o país. Além disso, acirrou ainda mais o antagonismo existente no cenário político e nos diferentes setores sociais em torno da aprovação das reformas de base (Agrária, Bancária, Administrativa, Fiscal, Eleitoral, Urbana, etc.).

Razões econômicas e sociais impunham as urgentes realizações das reformas, dentre elas a que mais debate provocou naquele período: a Reforma Agrária [...] Apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, correspondendo, pois, de um lado, às necessidades da consolidação do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia da dominação social burguesa, a Reforma Agrária proposta por Goulart será alvo de intensa e constante oposição por parte dos proprietários rurais e seus setores políticos, de setores da Igreja Católica, etc. (TOLEDO, 1982, p.54-55).

Além da falta de apoio no Congresso para a aprovação de algumas medidas importantes ao governo, assim como o projeto de Reforma Agrária apresentado pelo executivo, diferentes grupos passaram a se opor a Goulart e ao seu projeto de governo a partir das reformas de base. No plano internacional, no que se refere aos EUA e sua política externa, transpareciam-se a preocupação e a insatisfação do presidente John Kennedy, não apenas com a economia (a qual sofria com altos índices de inflação e com déficit no orçamento), mas também com o processo de estatização das empresas norte-americanas, bem como pelo fortalecimento da atuação das Ligas camponesas na região Nordeste e dos setores políticos de esquerda.

Segundo Bandeira (2001), dentre as organizações que fortemente atuaram para a contenção dos setores populares, estava a Agência Central de Inteligência (CIA), que destinou recursos financeiros ao Nordeste por intermédio do Instituto

Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹⁹, além de outros canais, e procurou combater não apenas a candidatura de Miguel Arraes em Pernambuco, mas também dividir as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, intencionando conter seu crescimento.

A crise política que se estabeleceu durante o governo de João Goulart evidenciava o tom e a dimensão dos debates que ocuparam parte da pauta nacional durante seu governo. O acirramento presente no cenário político desse período muitas vezes se evidenciava por meio dos diferentes setores, que buscavam defender seus projetos políticos de acordo com os interesses de seus respectivos grupos.

2 - Nordeste: a questão agrária nos anos 1950-1960

2.1 - Nordeste: uma “nova configuração” fundiária

A estrutura fundiária brasileira existente nos anos 1950 e 1960 é resultado de um longínquo processo histórico que, segundo Medeiros (2003), sempre teve como principais traços a concentração fundiária e a existência das grandes propriedades. A autora destaca que: *“a questão agrária brasileira tem origens remotas que devem ser mapeadas para permitir a identificação de continuidades e também a emergência de forças e contextos que têm levado a mudança no seu perfil”*. (MEDEIROS, 2003, p. 9).

Nesse sentido ressaltamos que o processo de expansão territorial dos latifúndios e o conseqüente aumento da concentração fundiária no nordeste nos anos 1950-1960, apresentaram-se como uma “nova configuração” ou “perfil”. Haja vista que em conjunto com essa expansão, também ocorreram transformações na dinâmica da economia dentro das especificidades desse momento histórico.

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o comércio internacional, prejudicado pelas relações comerciais de guerra, passou por um processo de re-

¹⁹ Sobre o que foi, bem como a forma de atuação dessa Instituição e como ela buscava intervir no resultado das eleições (em especial nas de 1962); na fragilização do governo Jango e, na contenção das Ligas Camponesas e de outros movimentos de massa. Consultar BANDEIRA, 2001, p. 83-86; CAMARGO, 1997, p. 173.

estruturação. Essas mudanças iriam intensificar e dinamizar o comércio de alimentos, matérias-primas e produtos manufaturados. Dentre os gêneros alimentícios, o açúcar incluía-se como importante produto desse comércio. (IANNI, 2004).

Essa transformação vivida pelo capitalismo internacional influenciaria a economia brasileira, restabelecendo e dinamizando *“o comércio interno, devido à liberação de forças econômicas e sociais, com o término da economia de guerra na qual se achava o Brasil”*. (IANNI, 2004, p. 47).

A crescente procura do açúcar no mercado levaria as usinas a tomarem duas medidas: a primeira consistia em aumentarem a área produtora de cana-de-açúcar (ofertando aos proprietários de engenho e fazendas aforadas²⁰ um valor maior pelo uso da terra); a segunda, em reequiparem as propriedades, através de financiamentos pelo Instituto do açúcar e do álcool – IAA. (ANDRADE, 1986, p. 22)

No entanto, para Azevêdo (1982), o aumento da produção, sobretudo na zona da mata nordestina, ocorreu mais devido ao crescimento horizontal da lavoura do que ao reequipamento das usinas, que incorporaram, nesse período, mais de 12.373 ha. de áreas fronteiriças. Continua o autor, *“este é um dado importante a ser considerado, especialmente em relação a Pernambuco, onde o nível de mecanização é baixo e o crescimento da produção é baseado exclusivamente na incorporação de novas áreas de plantio”*. (AZEVEDO, 1982, p. 50).

A tabela abaixo apresentada por Azevêdo nos permite ter uma visão mais detalhada acerca do processo de expansão da área de produção da cana:

TABELA - I
**Sistema Canavieiro – Quantidade, área, e rendimento da lavoura canavieira
(médias anuais – 1950/1973)**

Período	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/73
Item: Quantidade (t)	10.420.092	13.588.609	16.954.861	18.651.233	21.471.049
Área (há)	275.003	340.299	398.734	417.411	468.544
Rendimento (t/ha)	37,8	39,9	42,5	44,6	45,8

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. Estatísticas Agropecuárias, 1976 in: *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*, CPDA/ EIAP/ FGV, Binagri, 1979, (Apud AZEVEDO, 1982, p. 50).

²⁰ Disponibilizadas para os foreiros, mediante o pagamento pelo uso da terra.

Diante desses números, prossegue o autor:

Não resta dúvida, portanto, que a partir da década de cinquenta, ocorreu uma expulsão em massa do morador e a expropriação dos lotes arrendados aos foreiros. Esses contingentes expropriados ou se deslocaram para as terras menos férteis e afastadas da Zona da Mata, nas linhas limítrofes com o Agreste, recriando assim um campesinato marginal com a sua dupla função de produtor de alimentos e exército agrário de reserva; ou se proletarizaram de maneira irreversível, migrando para as cidades e vilas circunvizinhas aos engenhos e usinas, onde tornaram-se trabalhadores volantes. (AZEVEDO, 1982, p.51).

O quadro de exclusão e expropriação violenta sofrida pelo camponês, apresentada acima por Azevêdo, viria a se agravar ainda mais na medida em que a produção foi se elevando, resultado da conjuntura histórica vivida no momento. Como aponta Varela:

A Revolução Cubana (01/01/59) influenciou bastante o crescimento dos conflitos por terras, principalmente, aqui no Brasil. Tanto pela ampliação da consciência política no campo, como pelo aumento da demanda pelo açúcar brasileiro decorrente do embargo ao açúcar cubano pelos EUA. (VARELA, 2006, p. 84-85).

Durante o contexto da Guerra Fria e devido ao recrudescimento do conflito nas relações políticas entre os EUA e Cuba, a produção açucareira brasileira ganharia novo fôlego a partir de 1960, quando não apenas iniciou sua exportação para o mercado interno norte-americano, como expandiu cada vez mais a exportação da cana-de-açúcar para outros mercados. (IANNI, 2004).

Conforme Andrade (1986), o período que se estendeu após o término da Segunda Guerra Mundial viria acelerar o processo capitalista no Brasil, refletido na expansão de créditos fornecidos a várias atividades econômicas e na construção de grandes obras públicas, apresentando-se essas medidas como sinônimo de desenvolvimento. Ainda de acordo com o autor, as transformações e a modernização ocorrida nesse período tiveram sérias repercussões no setor agrícola, por ter gerado uma maior valorização das terras e estimulado a aquisição de mais áreas por parte das empresas para garantir assim o aumento de sua produção. *“A expansão capitalista, que beneficiava sobretudo as classes dominantes, provocou uma política de espoliação das massas trabalhadoras e a conseqüente reação destas, que se organizaram em ligas camponesas e sindicatos rurais”.* (ANDRADE, 1986, p. 21).

Como observado, as transformações econômicas e o conseqüente crescimento (horizontal) das propriedades produtoras de cana-de-açúcar intensificaram a concentração fundiária e a conseqüente onda de expropriações e proletarianização dos camponeses. A capitalização do campo e as mudanças nas forças de produção moldaram uma nova “configuração fundiária”, em torno da qual se fomentaria diversos debates e mobilizações em âmbitos regionais e nacionais, acerca da questão agrária nacional.

2.2 – A questão agrária e socioeconômica no Nordeste: novas perspectivas e mobilizações

A década de 1950, conforme já vimos, foi marcada pela emergência de movimentos sociais no meio urbano e rural. Concomitantemente, ocorreram diferentes discussões, encontros e eventos sobre o processo de desenvolvimento econômico do Nordeste e acerca da situação dos trabalhadores rurais dentro desse processo. Com efeito, diferentes setores da sociedade iriam mobilizar-se participando desse debate.

Em 1954, os comunistas, após a redefinição das suas prioridades de atuação política, possibilitaram que partes dos seus quadros voltassem a mobilizar o movimento camponês, atrelando-os dessa forma à base do partido. (BASTOS, 1984). Ainda segundo Bastos, em 1955, também se organizou o Congresso de Salvação do Nordeste, o qual iria se constituir “*em um instrumento para a introdução, no Nordeste, das teses desenvolvimentistas*”. (BASTOS, 1984, p. 44).

O Congresso ocorrido entre os dias 20 e 27 de agosto de 1955, conforme Morais (1997), fora estruturado pelas diferentes lideranças e organizações mais progressistas de Pernambuco e conseguiu agregar os mais diversos setores sociais dos nove estados do Nordeste. “*Ali estavam 2 mil pessoas e, entre elas, muitos parlamentares, numerosos representantes da indústria, do comércio, dos sindicatos de trabalhadores urbanos, das universidades, dos grêmios estudantis, de profissionais liberais, das Ligas Camponesas, etc.*”. (MORAIS, 1997, p. 38).

Para Azevêdo (1982), é a partir do Congresso de Salvação do Nordeste que iria ocorrer uma transformação radical na percepção ideológica da questão regional,

a qual até aquele momento restringia os problemas nordestinos à fatalidade climática da seca. Ressalta Azevêdo:

Dentro desse quadro ideológico, as disparidades regionais decorrentes de um desenvolvimento capitalista desigual e a questão agrária e camponesa não encontravam espaço para se revelarem, e a imagem e a semelhança do Nordeste, dentro da região, era moldada pelos interesses políticos exclusivos das oligarquias tradicionais, que controlavam não só os governos estaduais, como também a grande imprensa regional, os órgãos técnicos locais e os organismos federais que atuavam na região, como o DNOCS²¹. (IBID. p. 63-64).

A partir do encontro dessas lideranças durante o Congresso de Salvação no ano 1955, não apenas mudaria a perspectiva acerca da questão regional, como desempenharia “*extraordinária influência na política econômica e social do Nordeste Brasileiro nos anos subseqüentes*”. (MORAIS, 1997, p. 42). Com o término do evento, foi produzido um documento (Carta de Salvação do Nordeste)²² o qual reunia os principais pontos discutidos durante o congresso.

Dentre os pontos dessa carta, encontrava-se a reivindicação pela reforma agrária, a condenação da estrutura fundiária concentradora e arcaica e a baixa qualidade de vida dos camponeses e trabalhadores rurais. (AZEVEDO, 1982). “*Finalmente, o Congresso do Nordeste seria importante pelo seu desdobramento, como a realização do Encontro de Salgueiro, em 1958, [...] e o Seminário de Garanhuns, no ano seguinte*”. (AZEVEDO, 1982, p. 66).

Segundo Moraes (1997), o Encontro de Salgueiro²³ e o Seminário de Garanhuns possibilitariam o aprofundamento de estudos sobre os problemas socioeconômicos da região Nordeste. Além de fomentarem a definição das novas formas de intervenção do Estado sobre o Nordeste, através da OPENO: Operação Nordeste, do CODENO: Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, que daria origem a SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (AZEVEDO, 1982).

Ainda na década de 1950, aconteceram outras mobilizações como o I Congresso Camponês de Pernambuco, sob a presidência de Josué de Castro²⁴. Ao

²¹ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

²² Sobre outros aspectos da Carta de Salvação do Nordeste, assim como seus desdobramentos no cenário político regional e nacional consultar AZEVEDO, 1982, p.63-66.

²³ Contou com a presença de representantes do Presidente da República e de governos estaduais da região.

²⁴ Então diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

término desse evento, Recife presenciaria um grande desfile, com centenas de camponeses em suas ruas. (MORAIS, 1997). *“A partir desse momento, as Ligas Camponesas saíram de seu isolamento inicial e se estenderam do município de Vitória de Santo Antão para outros municípios de Pernambuco”*. (MORAIS, 1997, p. 39).

Conforme Benevides (1985), em maio de 1956, em Campina Grande, na Paraíba, ocorreu o 1º Encontro dos Bispos do Nordeste, promovido pelo secretariado geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dirigida pelo arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro, dom Helder Câmara. *“Esse encontro teve como centro das discussões os problemas exclusivamente do setor rural”*. (BASTOS, 1984, p. 45). Através das propostas apresentadas e das posições defendidas durante o encontro, se evidenciaria a adesão dos Bispos ao projeto nacional-desenvolvimentista. (BENEVIDES, 1985).

Sobre os resultados do evento, Benevides destaca:

Como marco de expressão política, não foi por acaso que o encerramento contou com a presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek, além de parlamentares de expressão nacional. O chefe da nação revelou interesse pelo resultado dos trabalhos e transformou alguns projetos em decretos de seu governo. (BENEVIDES, 1985, p.75).

Diante desse cenário, permeado pelos debates em torno da questão agrária e do desenvolvimento regional/nacional vivido nos anos 1950, surge a crescente preocupação e mobilização de setores progressistas da Igreja Católica, com a precária situação social presente no Nordeste, sobretudo no meio rural.

Para Benevides (1985), o mais importante resultado da reunião de Campina Grande foi a mudança ocorrida no discurso social da Igreja no Brasil ao declarar: *“sua solidariedade fundamental com as camadas mais pobres da população e a de rejeitar as suas responsabilidades face às injustiças produzidas pelo capitalismo”*. (MOREIRA, 1979 apud BENEVIDES, 1985, p. 75).

Com efeito, a ocorrência desse evento iria fazer da Paraíba o centro da atenção nacional, com a projeção que a imprensa brasileira lhe conferiu, e abriria o caminho para o surgimento das Ligas Camponesas, que teria apoio parcial de setores progressistas da Igreja. (BENEVIDES, 1985).

Não diferente do vizinho Pernambuco, a Paraíba também passou a presenciar algumas tentativas de mobilização dos diferentes segmentos populares. Entre 10 e

13 de maio de 1958, ocorreria o I Congresso de Trabalhadores da Paraíba, organizado pelos bancários, reunindo diversos grupos de trabalhadores, políticos progressistas, estudantes e intelectuais.

Segundo Benevides (1985), entre as diferentes deliberações que compunham a pauta do Congresso, havia uma resolução de interesse dos camponeses, a qual tratava da necessidade de ampliação da legislação trabalhista ao homem do campo.

A luta dos foreiros e moradores da região de Sapé²⁵ fortalecia-se a partir daquele evento que, em hora oportuna, coincidia com o início da organização do campesinato paraibano através da criação da Associação de Lavradores e Trabalhadores de Sapé [...]. As forças sociais do campo paraibano rompiam o isolamento político, e as Ligas Camponesas davam o primeiro passo, superando o fatalismo climático do polígono das secas. (IBID, 76).

Diversos foram os segmentos da sociedade que se mobilizaram frente às questões e aos aspectos sociais que permeavam as discussões em meados dos anos 1950-1960. A precária situação dos camponeses e dos trabalhadores rurais em geral, não apenas no Nordeste, mas também de todo país “chamou a atenção” da Igreja, dos governantes, dos próprios trabalhadores (urbanos e rurais), do Congresso Nacional e de todos os setores socialmente mais progressistas do Brasil.

2.3 – Debates e projetos acerca da reforma agrária: encontro e desencontros

Como apresentado anteriormente, o tema “Reforma Agrária” esteve presente em muitas discussões de diversos setores e interesses. Ora ocorrendo uma convergência entre esses projetos e interesses, ora tensos e árduos debates, os quais polarizavam cada vez mais as posições em torno da questão agrária.

A natureza desse debate não se configurou de forma homogênea, haja vista que os setores que contemplavam a reforma agrária, almejavam essas mudanças através de formas e intervenções diferentes. A repercussão das discussões travadas em torno da reforma agrária também iria conferir nova dinâmica aos discursos dos parlamentares no Congresso Nacional, como veremos adiante.

²⁵ Município paraibano, que sediou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas na Paraíba. Sobre sua localização, ver anexos: figura 2 (croqui) do Estado da Paraíba.

Segundo Rangel (2000), em 1959 o Congresso Nacional retomou com maior atenção os debates em torno da necessidade de se fazer a reforma agrária no país. Contudo, conforme a mesma autora, essas discussões foram permeadas por diferentes prioridades, propostas e preocupações presentes nos discursos dos parlamentares.

A concepção de que a solução para o entrave econômico e social do Nordeste e do Brasil era a reforma agrária foi marcada principalmente pela preocupação em como se iria conduzi-la. Sendo essa intervenção defendida por muitos como dever do Estado, não apenas para melhorar as condições estruturais da região Nordeste (até então considerada foco de tensões e conflitos sociais), mas para se evitar que a reforma agrária ocorresse sem a participação do Estado e de maneira “indesejada”. (RANGEL, 2000).

Já no final de seu mandato, o deputado Celso Peçanha ressaltava que:

Idéia fervilhante no cérebro dos revolucionários, a Reforma Agrária é, hoje, pensamento dominante em todas as camadas do Brasil. Em verdade, ninguém que se detenha hoje nos estudos dos problemas nacionais pode negar a necessidade de se decretar e de se exigir uma Reforma Agrária no país [...] o povo vai à rua pedir alimentos e somente a Reforma Agrária poderá salvar o país dessa situação. *Um bispo do interior de Minas Gerais proclamava: “façamos a Reforma Agrária antes que o povo a faça”. Essas devem ser minhas últimas palavras aqui - Façamos a Reforma Agrária, antes que o povo a faça.* (Diário do Congresso Nacional, sessão 1, 27/01/1959. p. 759 – Arquivo do Congresso Nacional – ACN apud RANGEL, 2000, p. 38-39). (grifo nosso).

O discurso proferido pelo deputado Celso Peçanha, quando se referindo a principal preocupação “*de todas as camadas do Brasil*”, caracteriza-se mais como uma advertência acerca da possível dimensão que a questão agrária poderia tomar caso não vista e atendida com maior atenção, do que realmente uma preocupação com a esfera social. Para Rangel (2000), na medida em que apelos de contenção às idéias “fervilhantes” e revolucionárias eram proferidos, posições contrárias entre os parlamentares também surgiam no que tange a essa “contenção”, direcionando dessa forma suas críticas não à radicalização dos setores populares, mas às atitudes do governo. Como podemos notar no discurso a seguir do recém empossado deputado Seixas Dória:

Não podemos admitir honestidade do governo quando pretende recuperar o Nordeste sem enfrentar ali seu problema fundamental: a Reforma agrária. Embora, senhores deputados, não se deva perder a visão do conjunto, pois

o mal abrange a totalidade do país, é no Nordeste que o fenômeno é mais agudo e periodicamente dá mostras de calamidade pública [...] Cerca de três milhões de nordestinos se vêem na contingência de trabalharem em terra alheia. Isso quando vemos mal aproveitados os nossos vales úmidos, entregues à mais desenfreada mão-de-ferro reacionária, as áreas dominadas a jusante dos açudes públicos que nada mais são do que feudos molhados na vastidão do deserto, onde o coronel impera como um suserano medieval". (Ibid. p. 1064 – ACN apud RANGEL, 2000, p. 41).

No discurso acima, o deputado Seixas Dórias deixa bem evidente suas críticas e o seu ceticismo pelas intervenções do governo Juscelino Kubitschek na região Nordeste. Segundo o parlamentar, tais intervenções não trariam efeitos aos problemas que assolavam a população do nordeste. No final do governo de Juscelino Kubitschek, "as secas, a insurgência camponesa e os compromissos desenvolvimentistas do governo [...] fizeram com que a Operação Nordeste fosse posta em andamento, em caráter de urgência. (FGV – EAESP - RELATÓRIO DE PESQUISA Nº. 24, 2004, p. 56).

Contudo, tais propostas não se tratavam de intervenções do governo sobre a região, como ocorria tradicionalmente, pois, *"algo bem mais ambicioso, em conformidade com o espírito do Plano de Metas, estava em articulação"* (Ibid, p. 56-57). Não se pretendia um modelo assistencialista dentro da concepção dos problemas climáticos e geográficos que assolavam o Nordeste, mas propunha um modelo de ampla reforma econômica para que o Nordeste superasse a desigualdade frente à industrialização do Centro-Sul. (Ibid, 2004).

Dessa forma, pode-se entender a Operação Nordeste como principal medida da política desenvolvimentista de JK, que acreditava poder interferir por meio de órgãos político-administrativos nas desigualdades regionais, resolvendo a questão entre setores modernos e atrasados da economia do país. (RANGEL, 2000). Ao contrário do deputado Seixas Dória, o parlamentar Josué de Castro em resposta ao seu colega, colocava-se em defesa das medidas intervencionistas do governo:

Devo, no entanto, também dizer que estou inteiramente com Vossa Excelência quando exige que a Reforma Agrária seja um pré-quesito para qualquer plano de revalorização de uma região como o Nordeste que vive até hoje num regime agrícola arcaico e feudal, com uma estrutura da terra inteiramente superada pela realidade econômico-social de tal forma que sua agricultura é a de menor rendimento do país, com a produtividade da mais baixa do mundo. [...] Para terminar devo dizer a vossa Excelência, como nacionalista que a Frente Nacionalista pôs entre os temas de debates, estudo e ação parlamentar em 1959, em primeiro lugar, por sua oportunidade e necessidade o problema da Reforma Agrária. (Ibid, p. 1064 – ACN apud RANGEL, 2000, p. 41).

Conforme Rangel (2000), Josué de Castro lança mão da questão do subdesenvolvimento estrutural para justificar a necessidade de intervenção planejada do governo, a qual o parlamentar se propõe apoiar através de estudos sobre a reforma agrária e de suas ações no Congresso junto à base governista.

Através dos discursos dos parlamentares Celso Peçanha, Seixas Dória e Josué de Castro, são perceptíveis as diferentes posições presentes no Congresso Nacional, em torno da questão agrária. Segundo Rangel, além das intensas discussões e desentendimentos acerca da reforma agrária, o governo JK também enfrentava dificuldades para obter apoio em suas intervenções na estrutura econômica e fundiária da região Nordeste, devido à insegurança das oligarquias e dos governadores de terem seus poderes reduzidos.

Sem nomear diretamente esse modo de intervenção como reforma agrária, apesar de reconhecer, como todos os nacionalistas, sua necessidade para desobstruir os rumos do desenvolvimento nacional, Celso Furtado, na verdade, opta por um discurso bastante contido [...] a presença de várias pressões podem ajudar a entender essa postura: de um lado, a resistência do Congresso em aprovar a criação da SUDENE, uma resistência que inclusive contou com a mobilização de vários políticos regionais, alguns deles governadores, todos bastantes preocupados de verem desmantelados seus espaços de poder. (RANGEL, 2000, p. 53).

Conforme a discussão situada acima acerca das diferentes perspectivas sobre a Reforma Agrária, Camargo (1997), aponta que dois problemas iriam surgir no seio das discussões sobre a política agrária em meados dos anos 1950-1960. O primeiro diz respeito ao tipo de reforma que se pretendia, a quem beneficiar, em que nível, em detrimento de que forças sociais e políticas; o segundo coloca a autora:

Refere-se às fórmulas institucionais do seu encaminhamento e aos instrumentos jurídicos disponíveis para executá-la através de alianças que tornem seus custos sociais politicamente viáveis. (CAMARGO, 1997, p. 193).

Com essas questões que se depararam os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e, sobretudo o de João Goulart, durante as tentativas deste último de implantar seu projeto de Reforma Agrária em conjunto com as reformas de base.

Em 1960, não diferente da década anterior, novos debates e projetos acerca da Reforma Agrária seriam formulados pelas diferentes instituições e setores da sociedade. Tendo como destaque os projetos apresentados pela Igreja Católica

(1961), pelos movimentos camponeses em Belo horizonte (1961)²⁶ e pelo Congresso Nacional, com Brizola e outros deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (1963). Dentre outras coisas, esses projetos evidenciariam principalmente as dificuldades de convergência entre as classes políticas, os movimentos sociais e alguns setores da Igreja, acerca da implantação de algum paradigma de Reforma Agrária²⁷.

Somado a isso, o governo de João Goulart, para implementar seu projeto de reforma agrária, ainda iria sofrer diversos desgastes na tentativa de obter apoio para a alteração no dispositivo da Constituição Federal, que tratava acerca da forma de desapropriação dos imóveis rurais. Como aponta Bandeira (2001), o projeto de Reforma Agrária de Jango esbarrava no art. 141 § 16 da Constituição, que previa o pagamento de indenização justa e prévia, em dinheiro, para as desapropriações por interesse público.

Ainda segundo Bandeira, *“o Congresso, reduto do conservadorismo rural, recusava-se a modificá-lo, com o apoio ativo dos monopólios estrangeiros, temerosos de que, na trilha aberta para a reforma agrária, o governo também investisse sobre suas propriedades”*. (BANDEIRA, 2001, p. 75). O equacionamento dessas divergências entre projetos e debates no plano político em torno da questão agrária, possivelmente refletiria nos ânimos dos movimentos camponeses, bem como na pressão exercida por estes sobre o governo e os grandes proprietários. O que poderia fomentar, dessa forma, uma conjuntura favorável à intensificação da violência e da repressão aos movimentos sociais do campo, por parte das oligarquias agrárias.

²⁶ Em novembro de 1961, em Belo Horizonte, acontecia o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ou Congresso Nacional dos Camponeses, coordenado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – criada em 1954), o que motivou o surgimento de vários sindicatos. Nesse evento que contou com a presença de João Goulart, ficou patente a cisão entre Francisco Julião e os comunistas. Era um evento organizado pela ULTAB, que compareceu com a grande maioria dos 1.400 participantes. As Ligas tinham 215 representantes, liderados por Julião. A inferioridade numérica foi compensada pela proposta que os camponeses das Ligas defendiam, e que já era a palavra de ordem do movimento: "Reforma agrária na lei ou na marra". Com ela conquistaram o plenário - e aprovaram a proposta de reforma agrária radical, derrotando as posições da ULTAB e do PCB. A linha do partido - que definira isso no seu V Congresso, realizado naquele ano - era a de conquistar a reforma agrária por etapas, sem radicalismos. (Santiago, 2001).

²⁷ Sobre a natureza, bem como as diretrizes propostas por cada projeto, ver: STEDILE, 2005, p. 61-96.

2.4 – O cenário político e a questão agrária na Paraíba (1950-1960).

Após 1945, o Brasil passou por uma série de mudanças no plano político, econômico e social. Mudanças essas que na Paraíba também ocorreriam após o fim do Estado Novo. Consistia em uma reorganização em seu cenário político e na estrutura do poder.

O período do pós-guerra, na Paraíba, registrou transformações na organização do poder. Ao lado da classe latifundiária, que dominava econômica e politicamente a região, através do poder patriarcal das grandes famílias, tanto relativo à exportação quanto à distribuição de produtos vindos de outras praças para o mercado estadual. (ARAÚJO, 1999, p. 97).

No decurso do processo de redemocratização, pelo qual passava o país, iria se estabelecer na Paraíba novas alianças e partidos políticos como: o PSD, UDN, PTB e o PCB. Como apresenta Araújo (1999), o PTB mantinha-se representado por getulistas, tendo sua base composta por comerciários, funcionários públicos, bancários, profissionais liberais, etc.

O PSD, surgido logo após a queda da ditadura Vargas, apresentava-se na Paraíba como o partido que contava com o apoio de representantes da burguesia industrial e comercial, além do apoio imprescindível dos grandes proprietários. (ARAÚJO, 1999). Junto ao PSD, surge também a UDN, sendo esse partido resultado de parte dos embates políticos contra a ditadura de Vargas. *“Tradicionalmente, os seus representantes mais ilustres estariam ligados à burguesia – algodoeira e exportadora, sendo expressiva a sua base rural”*. (ARAÚJO, 1999, p. 97).

Coexistindo com esses partidos existia o PCB, o qual *“surgiu na Paraíba, com o nome de União Socialista da Paraíba, entre seus componentes, contava-se um percentual representativo da pequena burguesia”*. (SILVESTRE 1982, apud ARAÚJO, 1999, p.98). Como já ocorria em outras localidades, os comunistas vinham se fortalecendo e obtendo algumas vitórias em parte das eleições ocorridas após o fim Estado Novo. Segundo Mello (2008), em 1947 o PCB elegeu o vereador mais votado de João Pessoa. *“Isso, porém, ocorreu na sigla da União Democrática*

Nacional, pelo fato da Justiça Eleitoral haver cancelado o registro do PCB” ²⁸. (MELLO, 2008, p. 207).

Para Araújo (1999), a caracterização desses partidos, não poderia se limitar à perspectiva sócio-econômica, haja vista que vários fatores conjunturais orientaram sua formação e dinâmica, como a existência de setores pró ou contrários ao varguismo e como as diretrizes valorativas das classes dominantes acerca de seus interesses, etc. Ainda destaca a autora, *“que depois do período do Estado Novo, a Sociedade civil começa a reorganizar-se. A partir desse momento, a classe política é obrigada a utilizar novas formas para manter a sua hegemonia”*. (ARAÚJO, 1999, p.98).

Em meados da década de 1940, a Paraíba, que tinha como base de sua economia as atividades agro-exportadoras, passaria por algumas modificações em sua economia. Além do algodão, outro importante produto do setor agro-exportador paraibano era a cana-de-açúcar, esta nas décadas de 1920 e 1930, teve seu espaço reduzido devido ao crescimento da produção do algodão. (AMORIM, 1999; MOREIRA e TARGINO, 1997). Contudo, nas décadas de 1940 e 1950, após a decadência do algodão iria ocorrer:

À aceleração do processo de concentração/centralização da produção canavieira, através da pressão dos interesses usineiros sobre os senhores de engenhos, levando a transformações de vastas propriedades agro-industriais tradicionais em espaços fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas. (AMORIM, 1999, p.51).

A conjuntura econômica internacional e nacional fez com que os setores ligados às atividades agro-exportadoras, bem como o espaço agrário paraibano, passassem por um processo de reorganização de sua produção, ora para aumentar seus ganhos, ora para manter sua existência. Essa nova conjuntura que se formava favorável ao “ciclo da cana” iria ser permeada pela a ascensão das usinas, em detrimento dos engenhos de açúcar. Esse fortalecimento das usinas ocorreu devido o apoio do poder público, não sendo ele resultado espontâneo do dinamismo do setor açucareiro, mas uma das diferentes maneiras por ele encontrada para garantir sua existência. (MOREIRA e TARGINO, 1997).

²⁸ Em 1947, durante o governo do presidente Dutra, o comunismo foi alvo de intensa perseguição. Esta atuação se deve ao fato da tentativa de alinhamento com os EUA durante a Guerra Fria. Em 1947, o PCB teve seu registro eleitoral cassado e o Brasil rompeu relações com a URSS.

As primeiras usinas paraibanas surgiram no Baixo Paraíba. A mais antiga é a Usina Santa Rita, fundada em 1910 [...] Localizada no município de Santa Rita, ela foi adquirida em 1922 por Flávio Ribeiro Coutinho. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 58-59)²⁹.

Outras usinas estabelecidas na região *“foram compradas por Renato Ribeiro Coutinho e fundidas para dar origem a Usina Santa Helena”* ³⁰. (IBID. p. 58). Ao longo das décadas iniciais do século XX, as terras das usinas localizadas no litoral paraibano foram se concentrando nas mãos de uma única família: a Ribeiro Coutinho, exceto a Usina Monte Alegre, todas as demais da várzea do Paraíba encontrava-se nas mãos dessa família, *que comandava a organização econômica do espaço agrário regional*. (IBID, 1997). Essa família:

Foi a maior beneficiada com os incentivos governamentais dirigidos para o setor. E é ela que irá, durante longos anos, deter o poder político e econômico regional dando origem a uma das mais fortes oligarquias rurais do Estado, também conhecida como “Grupo da Várzea”. (IBID. p. 60).³¹

Para Moreira e Targino (1997), o crescimento das usinas na Paraíba gerou transformações relevantes nas relações de trabalho, como: retração das formas tradicionais de trabalho; expansão do assalariamento; o surgimento da figura do fornecedor de cana, com a dominação da usina sobre o engenho; a intensificação da sazonalidade do emprego e, da substituição do senhor de engenho pelo usineiro.

É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, há várias décadas da instalação das primeiras usinas, o sistema de morada ainda vigorava com grande força na Zona da Mata, preservando sua característica secular de exploração: o cambão. Pode-se assim entender o porquê da eclosão das Ligas Camponesas nessa região, que teve por bandeira inicial de luta a extinção do cambão e a defesa dos sítios, ampliando-se para a defesa da reforma agrária, em plena vigência da usina. (IBID. p. 63).

Afora as questões existentes no que tange à organização do espaço agrário paraibano, também eclodiriam diversas manifestações sociais durante a década de 1960 na Paraíba. Nesse período, essas contradições entre a estrutura fundiária vigente e as relações sociais e de trabalho estavam em ebulição e, que, fomentadas

²⁹ Sobre o surgimento e o estabelecimento das Usinas na Paraíba, consultar: MOREIRA E TARGINO (1997), p. 58-65.

³⁰ Sobre a Usina Santa Helena, ver anexos: Figuras 7 e 8.

³¹ A família Veloso Borges também fazia parte do chamado “Grupo da Várzea”.

pelo contexto político nacional e regional, intensificaram os espaços de mobilizações e denúncias.

Para Mello (2008), a partir de agosto de 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, ocorre o momento impulso para a dinâmica social da Paraíba. *“Manifestações tiveram lugar no Ponto de Cem³² Réis e Parque Sólon de Lucena, em João Pessoa, Largo da Sorveteria Flórida e Praça da Bandeira em Campina Grande”*. (MELLO, 2008, p. 209).

Segundo Mello (2008), nesse período destacou-se também a atuação da Associação Paraibana de Imprensa (API), que se tornou lugar de forte antagonismo entre a esquerda e a direita paraibana. Ainda conforme o autor, a API manteve-se alinhada *(de 1961 a 1962)* ³³ com a direção dos órgãos oficiais, A União e Rádio Tabajara, além de *“sediando reuniões da Frente de Mobilização Popular, brizolista, e instituições análogas como Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)”*. (MELLO, 2008, p. 211).

Embora nos centros urbanos estivesse ocorrendo toda essa mobilização, seria na zona rural que as discussões e reivindicações sociais mais se desenvolveriam no período de 1961-64 na Paraíba. (MELLO, 2008). O reflexo dessa dinâmica social iria materializar-se na fundação de Ligas Camponesas por todo o estado em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960.

As Ligas Camponesas paraibanas viriam realizar um importante papel, no que tange à formação de um espaço de debates e denúncias para os camponeses, haja vista as dificuldades legais que os mesmos enfrentavam para se organizarem em sindicatos rurais. Esse espaço de debate, mobilização e denúncias iriam se territorializar por boa parte do estado da Paraíba, permitindo assim uma intensa atuação das Ligas, bem como constituindo o antagonismo das classes dominantes que iriam combater por diversos meios a presença do movimento camponês.

³² Praça localizada no centro de João Pessoa, a qual se constituiu como espaço simbólico de manifestações, protestos e debates durante diferentes momentos da História política da Paraíba.

³³ Período o qual o jornal A União esteve sob a direção do Jornalista Hélio Zenaide.

3 - As Ligas Camponesas na Paraíba e o Discurso do Jornal *A União*

3.1 – A formação das Ligas paraibanas

Na Paraíba, embora os conflitos agrários existissem em todo o estado, estando presentes na região do Sertão, Agreste e Zona da Mata, seria nessa última que as primeiras Ligas Camponesas iriam surgir e seriam mais atuantes. Assim como no engenho Galiléia, *“foi em virtude das dificuldades legais para se criarem sindicatos rurais que surgiram as Ligas Camponesas na Paraíba, com igual sentido associativo”*. (BENEVIDES, 1985, p. 76).

Entretanto, a concentração dessas associações na região da Zona da Mata não anulou a existência do movimento em outras regiões. De acordo com Mello (2008), o Sertão, dotado de estrutura diversa do litoral, o Agreste e o Brejo não tiveram a intensa presença de Ligas Camponesas, salvo em Sousa e Antenor Navarro, devido a questões fundiárias atreladas a problemas com a bacia dos açudes São Gonçalo e Pilões. – Indiretamente as Ligas também se fizeram presentes, prestando auxílio a lideranças anti-oligarcas em Pombal, *Catolé do Rocha* e Cajazeiras. (MELLO, 2008).

Como apresenta Mello (2008), os problemas presentes na Zona da Mata eram comuns em todo o Nordeste, sobretudo no eixo Alagoas-Pernambuco-Paraíba. Ao se tratar do “eixo”, refere-se o autor: *“nada mais óbvio que a extensão do movimento à Paraíba. Irradiado de Pernambuco, o movimento camponês não penetrou em Alagoas, mas tornou-se forte na Paraíba”* (MELLO, 2008, p. 212). Nesse sentido, como explicar a expansão do movimento e sua expressividade na Paraíba e, não nos dois estados ou apenas em Alagoas?

Embora os estados que compunham o eixo Alagoas-Pernambuco-Paraíba dispusessem de relativa proximidade geográfica entre eles, o que poderia ser um fator favorável à extensão do movimento de um estado a outro, não podemos conceber essa proximidade geográfica como fator determinante, ou óbvio a extensão da Liga de uma região à outra.

Na tentativa de apontar outro fator que possa possibilitar uma melhor compreensão acerca dessa extensão e da força do movimento, sobretudo na Paraíba, destacamos o papel da comunicação entre as lideranças camponesas. No

caso da Liga Camponesa de Sapé, pode-se vislumbrar isso em um primeiro momento durante sua fundação, que teve a sua frente o camponês João Pedro Teixeira, o qual já tinha convivido e compartilhado experiências direta e indiretamente com lideranças do movimento pernambucano. E em segundo, já na década de 60, o estreitamento entre o principal líder do movimento camponês em Pernambuco, Francisco Julião, e a Liga de Sapé, sob a liderança de Elizabeth Teixeira, após a morte de João Pedro.

Contudo, a relevância que acreditamos ter tido a comunicação e a articulação entre os movimentos desses dois estados não desconsidera as outras especificidades que permitiram a extensão do movimento camponês com mais força na Paraíba do que no estado de Alagoas.

As primeiras tentativas de se fundar associações camponesas no estado da Paraíba, como viria a ser a Liga Camponesa de Sapé, ocorreu através de iniciativas do camponês João Pedro Teixeira em 1954, resultado de sua experiência em movimentos de organizações de trabalhadores adquirida durante sua vivência em Pernambuco. (ARAÚJO, 1999). Essa experiência para a fundação da Associação camponesa de Sapé, também é relatada por Elizabeth Teixeira:

Desde 1954, João Pedro vinha lutando com o homem do campo, ele já tinha conquistado muitos camponeses, então, quando a Liga foi fundada, já tinha muitos camponeses ao lado dele pra lutar através desta associação camponesa e reivindicar os seus direitos. (BANDEIRA, L. M.; MIELE, N.; GODOY, R. 1997, p. 58).

Embora João Pedro Teixeira dispusesse do reconhecimento de boa parte dos camponeses da região, a primeira tentativa de fundar uma Associação camponesa pesaria muito a ausência de um apoio institucional ao movimento. A fundação dessa associação, ocorrida no quintal de sua casa, demonstrar-se-ia frágil e suscetível demais ao poder e oposição do proprietário da terra, bem como da polícia. O que levaria tal associação com suas estruturas ainda incipientes a ser extinta. (AUED, 1981).

Em 1958, novas tentativas de mobilização e organização do campesinato iriam ocorrer. Dispondo de outra natureza o movimento ressurgiu, atrelando-se ao outros grupos semelhantes no nordeste. Como apresenta Aued, novos métodos de ação, iriam conferir nova feição ao movimento.

Não mais uma liga doméstica, mas uma associação com sede na cidade de Sapé. A característica fundamental desta mudança parece se inscrever numa orientação nova, no sentido de institucionalizar o movimento, colocá-lo nos limites da legalidade burguesa. Também procurava mostrar que tal movimento não era “coisa de comunista”, mas de camponês explorado que tem alguns direitos, e não só deveres. (AUED, 1982, p. 26).

Por ter como objetivo principal o propósito de trilhar os caminhos da legalidade e a fim de não enfrentar oposição à sua fundação, é que para o primeiro evento da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé³⁴, foram convidadas as principais autoridades³⁵ do município.

Diante desse quadro, é possível constatar a percepção dos camponeses com relação a duas questões relevantes referentes não apenas a existência do movimento, mas também a sua aceitação na esfera política e social local. Primeiro, a necessidade de se Institucionalizar o movimento, ou ao menos aproximá-lo na feição; a segunda diz respeito à inevitável ruptura com o localismo que o movimento deveria efetuar. Tais quais os camponeses no estado vizinho, Pernambuco, os camponeses de Sapé, reunidos por meio da Liga Camponesa, só teriam sucesso e condições para sua atuação:

Se vencesse a cortina de ferro montada pelos latifundiários do Grupo da Várzea e encontrasse ressonância além das fronteiras do município de Sapé, comprometendo as forças progressistas de João Pessoa e utilizando amplamente os meios de comunicação de massa e as vozes isoladas de parlamentares independentes. (BENEVIDES, 1985, p. 77).

Dessa forma observamos que a sobrevivência do movimento estava ligada a sua expansão, não apenas no sentido horizontal, no que tange a criação de novos núcleos em diferentes municípios do estado, mas a ligação com outros setores que pudessem divulgar e conferir apoio às reivindicações sociais dos camponeses. Cabe ressaltar, que os meios de comunicação, dentre eles a mídia impressa, ocuparam importante papel para difusão da existência e atuação das Ligas, em outros setores

³⁴ A associação foi logo batizada pela imprensa de Liga Camponesa, para vinculá-la a Liga da Galiléia. Seus primeiros associados não foram apenas camponeses, mas profissionais liberais, pequenos comerciantes, operários, pequenos agricultores, estudantes ou qualquer um que desejasse participar da organização que estava se formando. (SOUZA, 1996).

³⁵ Estiveram na reunião inaugural da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola de Sapé diversas autoridades, destacando-se o deputado Ramiro Fernandes, do PSD, Joaquim Ferreira Filho representando o Governador José Américo, advogados João Santa Cruz e José Gomes da Silva, Joça Vitorino e Luiz Gonzaga, líderes do PSD local, os camponeses João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Alfredo Dias (Nego Fubá), o pequeno proprietário Ivan Figueiredo, o dentista Leonardo Leal, o pároco de Sapé, líderes estudantis, operários de João Pessoa. (Ibid, p. 31).

que não os camponeses. Fosse publicando as denúncias que os camponeses apresentavam sobre os proprietários de terra ou, pelas constantes críticas e criminalização que o movimento sofria. Em meio a isso, o movimento foi-se difundindo.

Segundo Souza (1996), após a fundação da Liga de Sapé, também foram criadas as ligas de: 1- Alhandra, 2- Areia, 3- Mamanguape, 4- Rio Tinto, 5- Guarabira, 6- Mari, 7- Itabaiana, 8- Alagoa Grande, 9- Otizeiro³⁶, 10- Espírito Santo, 11- Mulungu, 12- Alagoinha, 13- Belém, 14- Caiçara, 15- Pedras de Fogo, 16- Campina Grande, 17- Santa Rita. Ainda tiveram Ligas os municípios de 18- Remígio, 19- Araçagy, 20- Solânea, 21- Bananeiras, 22- Arara, 23- Itapororoca, 24- Pilar, 25- Caldas Brandão. (MELLO, 2008). Bem como, 26- Cuitegi e 27- Várzea Nova. (NOVAES, 1997).

O Estado da Paraíba chegou a abrigar dezenas de Ligas Camponesas, sendo boa parte delas na região da Zona da Mata, devido à grande concentração de engenhos e usinas. Quanto as Ligas, o fato de terem existido esse número significativo de Ligas, não quer dizer que todas tenham sido registradas em cartório, ou que tenha tido relevante expressão política tal qual a de Sapé e Mamanguape³⁷. *“Estima-se, na época, haver cerca de dois mil membros em cada entidade, com exceção de Sapé, que já em 1963 possuía dez mil associados”*. (Aued, p. 26, 1981). Cogitou-se ter havido em todo o estado da Paraíba cerca de quarenta mil associados. (CARNEIRO apud, AUED, 1981, p.26).

No que concerne à estrutura organizacional das Ligas da Paraíba, estas apresentavam características diferentes do modelo organizacional das de Pernambuco. Haja vista que as ligas pernambucanas mantinham concentrado em seu Conselho Regional o poder de decisão, diversa da Liga Camponesa de Sapé, a qual tinha o poder de decisão interiorizado na Assembléia Geral³⁸, que era o órgão supremo de deliberação da Liga. (BENEVIDES, 1985). Ainda segundo o autor, embora as Ligas da Paraíba tenham em algum momento utilizado as experiências dos camponeses de Pernambuco como alicerce para sua existência, isso não quer dizer que esses movimentos tivessem o mesmo perfil de atuação e organização.

³⁶ Bairro situado no município de João Pessoa.

³⁷ Segundo Moraes (1997), a Liga Camponesa de Sapé foi a mais poderosa do Brasil, tendo treze mil membros, seguida de Mamanguape com dez mil.

³⁸ Para maiores informações acerca da estrutura organizacional da Liga Camponesa de Sapé, bem como do espaço conferido para participação dos camponeses no movimento, ver: BENEVIDES, 1985, p.82-83.

Essas associações de lavradores tanto na Paraíba como em Pernambuco, de início contaram com o apoio de amplos setores da sociedade. Entretanto, no decorrer do tempo, muitos dos que havia apoiado a fundação da Liga de Sapé, passaram a combatê-la. Os apoios foram se limitando na medida em que as ações em favor dos camponeses iam de encontro aos interesses dos grupos dominantes da região. (NOVAES, 1997).

Essa mudança de concepção da classe política dominante, iria posteriormente corroborar para que a questão das Ligas Camponesas fosse considerada como “caso de polícia” e de “subversão”³⁹. Não compreendendo, desta forma, a necessidade de institucionalização do movimento, a fim de garantir-se assim a ordem vigente. A partir dessa percepção, iriam intensificar-se os conflitos entre proprietário e camponeses, sendo esses últimos na maioria das vezes vítimas dos primeiros.

Com efeito, a violência resultante das tensões fomentadas por esse antagonismo, iria se estender por quase todo o Estado.

O assassinato de João Pedro Teixeira e de outros camponeses, possibilitando um confronto armado, alarma as classes no poder, que começam a aceitar a perspectiva de uma Reforma Agrária que promovesse as mudanças necessárias, sem pôr em risco a estrutura fundiária básica do Estado. (ARAÚJO, 1999, p. 106).

Como podemos verificar, as relações de tensão entre camponeses e proprietários permitiriam uma reconfiguração da percepção da elite política paraibana, não apenas com relação às Ligas, mas com a questão agrária no Estado. Contudo, isso não implicaria necessariamente em mudanças das práticas conservadoras promovidas por essas oligarquias.

Entre 1961 e março de 1964, que antevêem ao golpe militar, a cidade de Sapé viveria dias de intensa excitação. Lideranças atreladas à Liga Camponesa realizariam na região seguidas manifestações. (MELLO, 2008). A Liga de Sapé também se destacaria na mídia nacional e internacional, ora pelas constantes investidas em defesa dos interesses dos camponeses, ora sofrendo forte repressão advinda dos usineiros e latifundiários, bem como de redutos políticos conservadores existentes no Estado. O Nordeste brasileiro, longe de ser o cerne das atenções

³⁹ Como expressada inúmeras vezes pela mídia impressa, que situava as notícias acerca das Ligas, em suas páginas de casos policiais.

apenas da política nacional durante o governo Jango, também recebia acompanhamento muito próximo da embaixada norte americana, aparentando dessa forma compor a pauta da política externa dos EUA.

Em sua agenda durante visita ao Brasil, *“o presidente dos Estados Unidos John Kennedy preparava-se para visitar a cidade de Sapé antes de ser assassinado em novembro de 1963”*⁴⁰. (MELLO, 2008, p. 213). A partir disso torna-se perceptível o grau em que chegara a preocupação dos EUA juntamente com setores da direita brasileira no que se refere às Ligas Camponesas. Isso para que o Nordeste não viesse a se tornar uma “Cuba” dentro do Brasil. Haja vista os desdobramentos da revolução cubana sobre parte dos movimentos sociais naquele momento, em especial no seio das Ligas Camponesas,

O governo norte-americano, àquela altura, já estava convencido de que se lhe impunha a tarefa de expelir Goulart do governo brasileiro, como contingência da contra-revolução para conter o avanço das massas e o transbordamento da democracia formal. (BANDEIRA, 2001, p.122).⁴¹

Os pontos delineadores desse posicionamento estavam ligados à crescente mobilização que os setores populares obtiveram durante o governo Jango. As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, em resumo, as entidades patronais podiam se expressar livremente, inclusive fomentar a deposição do Presidente da República e uma guerra civil sem que passassem por qualquer constrangimento. – Mas, a classe trabalhadora não, a Democracia não poderia ser tão democrática assim, pois seria Comunismo. (BANDEIRA, 2001). Ainda conforme o autor supracitado:

Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam os empresários e fazendeiros. O CGT⁴², as Ligas Camponesas e outras organizações de massa, por mais débeis que fossem, eram como um espectro que lhe tiravam o sono. E, de uma forma ou de outra, Goulart identificava-se com aquele movimento que parte das forças armadas queria reprimir. (BANDEIRA, 2001, p. 123).

⁴⁰ Ver Anexos: figura-1, matéria sobre a visita de Kennedy a cidade de Sapé - PB (A UNIÃO - Capa).

⁴¹ Junto às diretrizes das políticas do governo Jango que geraram a crescente oposição dos EUA, soma-se também ao acirramento dessa postura, a não concordância de Jango acerca da invasão de Cuba pelo EUA. Para melhor compreensão ver: BANDEIRA, 2001, p. 89 – 93.

⁴² Comando Geral dos Trabalhadores.

Apesar da existência de oposições, o surgimento e a expansão das Ligas Camponesas na Paraíba desempenhariam relevante papel no processo de organização e coesão dos camponeses, além de servir como importante canal de atuação política e social entre os camponeses e seus objetivos.

3.2 – A atuação da Liga Camponesa de Sapé: conflito e violência no campo

A iniciativa das Ligas de arregimentar os camponeses em defesa de seus direitos fomentou muitas preocupações nas oligarquias agrárias, que receavam perder ou terem reduzido seus espaços de poder sobre as relações sociais no campo. Com isso, muitos empecilhos foram gerados pelas classes dominantes, visando conter a organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Dessa forma, dificultaram a fundação de Ligas Camponesas, bem como a atuação destas:

Na cidade de Itabaiana, houve várias tentativas de organizar a Liga Camponesa, mas resultavam sempre em fracasso. [...] Em Santa Rita, mais de uma vez foi fundada a Liga (dentro da Usina). Entretanto, subitamente desapareciam os membros da direção, presidente, secretário, tesoureiro, arrefecendo com isto o movimento durante certo tempo. Estes elementos eram cooptados pela direção da Usina, que lhes ofereciam uma boa promoção e transferência para outra bem distante. (AUED, 1981, p 28).

Embora essas práticas fossem aparentemente menos violentas, a finalidade dessas medidas tinha os mesmos fins, desarticular o movimento das Ligas, para que elas se mantivessem constantemente fragilizadas, frente ao poderio dos latifundiários e usineiros. Segundo Novaes (1997), em sua fase inicial, a Liga Camponesa de Sapé tinha como meta duas finalidades: conceder aos camponeses associados assistência social e defender os direitos deles:

A Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé tem por finalidade a prestação de assistência social aos arrendatários, assalariados, e pequenos proprietários agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos de acordo com as leis do país. (Estatuto da Liga Camponesa de Sapé. Capítulo I, artigo primeiro apud NOVAES, 1997, p. 39).

Essa assistência aos camponeses da região foi um dos grandes impulsores do movimento, pois não se restringia apenas à ajuda médica, funerária ou na obtenção de alimentos, mas também na resolução de pendências jurídicas que

envolviam foreiros e latifundiários, em torno da continuação do camponês na terra. (NOVAES, 1997).

Com a crescente precarização das relações de trabalho dos camponeses, muitos foram expulsos das terras em que moravam. Como a experiência a seguir, relatada por seu Severino, acerca do aumento do foro, e de sua saída:

De forma que não teve jeito não, fiquei devendo mais um foro e aí foi o que ele queria. Aumentou meus dias de cambão⁴³ e eu fui ficando cada vez mais encabrestado. No dia que não era cambão, era condição⁴⁴ pra juntar um dinheirinho, pra aumentar o ganho. [...] Se reclamasse, era arriscado entrar na peia os tempo tinha mudado demais, ali. [...] Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. [...] Aí não teve outro jeito senão enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali não podia sair, não senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criados meus filho e não podia sair [...] eu pensei era tudo ou nada, era guerra mesmo. [...] Vi as roças sendo destruída. (Depoimento de Seu Severino apud RANGEL, 2000, p. 276-277). (Grifo nosso).

Com efeito, os empecilhos criados para a permanência dos camponeses nas terras em que viviam e trabalhavam iriam refletir na intensificação do número de ações jurídicas existentes na região, que buscavam intervir nessas pendências.

Na comarca de Sapé (que envolve os municípios de Sapé e Mari) correm na justiça de trinta a cinquenta processos em torno de pendengas entre proprietários e camponeses. No ano de 1962, apenas uma única ação civil foi concluída, com vantagem para o proprietário [...] Mas de maneira geral, enquanto a ação não é concluída, a demora favorece o camponês, que deixa de pagar o foro ao proprietário, não pode ser expulso e, geralmente, deposita seu foro em cartório e continua a colher os frutos da terra, sem dá o dia de trabalho ao patrão. (CARNEIRO apud NOVAES, 1997, p. 38)

Como indica Novaes (1997), por meio da Liga Camponesa de Sapé, o Poder Judiciário tornou-se intermediador entre os camponeses e os latifundiários. Coexistindo com as medidas da Liga em defesa do camponês, intensificaram-se também as tentativas das oligarquias agrárias de reproduzir uma imagem que transparecesse suas preocupações com o trabalhador rural. A qual entendemos como uma tentativa de se re-criar um sentimento de unidade entre a figura do

⁴³ O sistema morador é uma relação em que o trabalhador rural que mora na fazenda recebe um espaço para construir uma casa de taipa e, para ter direito a plantar um roçado para obter alimento, ele tem que trabalhar dias gratuitos para o proprietário, essa relação é denominada de “cambão” que podia ser dois, três e até quatro dias a disposição do proprietário. (SOUZA, 1996, p.22).

⁴⁴ Dia de condição, refere-se ao (s) dia (s) em que o morador em troca de uma remuneração trabalhava na lavoura do proprietário da terra.

latifundiário, do usineiro e do camponês, ressaltando as preocupações com o bem-estar deste último, por parte dos primeiros.

Mesmo dispondo de confortável posição de usineiros mais poderosos e influentes da Paraíba, os Ribeiros Coutinhos se deram ao trabalho de se contrapor visivelmente às Ligas e a sua crescente atuação. (NOVAES, 1997). O que se daria não apenas por ações violentas, mas pela propaganda contrária à Liga:

Companhia Usinas São João e Santa Helena cumprem acima das expectativas seu programa de assistência.

Nenhuma Liga camponesa, mesmo organizada, jamais conseguirá prestar a assistência que o industrial Renato Ribeiro proporciona aos trabalhadores, em todos os setores que dirige, sem o emprego da violência e sem a prática de idéias subversivas, mas num regime de pura democracia, os camponeses ali são beneficiados com a mais eficiente assistência (...) e assim pode-se dizer que veremos em breve um sistema de completo amparo aos nossos camponeses. Uma afirmativa podemos antecipar, é que por maior que seja a assistência já adotada em algumas organizações (LIGAS), nunca poderá se comparar com o que o industrial Renato Ribeiro Coutinho vem proporcionando aos seus trabalhadores (grifo nosso). (Artigo publicado, no Diário da Borborema, em 19 de março de 1961 apud NOVAES, 1997, p. 40).

Conforme o texto acima, podemos observar alguns indicativos de tentativa dos grandes proprietários de recuperarem parte de seu espaço de influência junto aos trabalhadores rurais. O que dificilmente ocorreria sem a existência de conflitos. Haja vista que o universo comunitário entre camponeses e proprietários de terras já tinha se desfeito, e suas fronteiras (entre os dois grupos) sido estabelecidas mediante as exigências que o sistema capitalista impusera às relações econômicas presentes no campo.

Ao fazermos referências às condições e suportes oferecidas aos camponeses, ora pela Liga Camponesa, ora pelos grandes proprietários, não pretendemos aqui, excluir a figura do camponês de seu papel enquanto sujeito político e histórico e, muito menos, hierarquizar quem detinha maior influência, controle e poder, sobre os camponeses. Mas, tentar refletir sobre o cenário das disputas, e as forças que permeavam o universo socioeconômico e político em torno do campesinato. Segundo Rangel (2000), durante a trajetória de luta por seus direitos, o camponês sempre manteve-se como sujeito participante, no entanto, dentro de suas possibilidades, frente ao processo de negociação política e do poder que o circundava.

Ao passo em que a Liga Camponesa expandiu seu campo de atuação e aumentou seu número de associados e seu poder de expressão, também passou a questionar o monopólio da terra e a traçar estratégias as quais possibilitassem aos camponeses organizarem a luta contra a opressão e as desigualdades nas relações sociais e de poder. *“À medida que o objetivo estratégico das Ligas Camponesas centralizou-se na reforma agrária, a organização do campesinato quebrou a lógica da propriedade privada [...] e conquistou a posição de movimento político”*. (BENEVIDES, 1985, p. 62).

Usineiros e latifundiários, incomodados com as crescentes denúncias acerca de suas ações contra os camponeses, que estavam chegando ao conhecimento da população das áreas urbanas e da mídia, passaram a reagir. Perceberam que o movimento camponês não possuía apenas a natureza beneficente e assistencialista e deram início a ações sistemáticas de violência como forma de coagir os camponeses. (SOUZA, 1996). Essas atitudes iriam materializar-se por meio de ameaças, expulsões, agressões e assassinatos, sobretudo, das lideranças do movimento como viria a ocorrer com João Pedro Teixeira, como apresenta Elizabeth Teixeira:

Foi assassinado por pistoleiros que estavam de emboscada. Eram dois policiais, um cabo e um soldado da polícia, e o *vaqueiro de Aguinaldo Veloso Borges*. O cabo da polícia chamava-se *Francisco Pedro*, apelido de *Chiquinho*, o soldado, *Antonio Alexandre*. O vaqueiro estava na estrada, esperando João Pedro para dar o aviso aos pistoleiros, que estavam em emboscada. Uma senhora que morava perto do local disse que depois de ter levado os três tiros, João Pedro dizia, levantando a mão e ainda em pé: "Tentaram, tentaram até que tiraram a minha vida. Sei que não reencontro mais a minha mulher e meus filhos", deu alguns gemidos e já estava no chão. O primeiro que o encontrou foi o companheiro Antonio José Dantas, que estava na estrada com o prefeito de Santa Rita, cidade da Paraíba. João Pedro saltava do carro que ligava João Pessoa a Campina Grande, e caminhava para chegar até em casa. Segundo as informações, não foi somente uma emboscada, foram três naquele dia, porque se ele passasse pela primeira, teria outra no rio⁴⁵, que ele tinha que atravessar. E a terceira era na nossa própria casa. Naquele dia não tinha como escapar.⁴⁶ (grifos nossos).

Assassinado em 02 abril de 1962, o líder camponês João Pedro Teixeira teve a notícia de sua morte muito repercutida, tendo o jornal do governo, *A União*, impresso várias edições extras, cujo exemplares esgotaram-se rapidamente.

⁴⁵ Ver anexos: figura 4, trajeto a ser percorrido por João Pedro até chegar em sua casa; ver também, figuras 5 e 6 (casa).

⁴⁶ Entrevista disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modu.php?storyid=989>.

(SOUZA e PORFÍRIO, 2000). A notícia da morte de João Pedro Teixeira foi amplamente difundida pela imprensa e teve repercussão em jornais do país e do exterior, como o *The New York Times*⁴⁷, que publicou a matéria sobre o homicídio do líder camponês tendo como fonte o jornal *A União*⁴⁸. A cidade de Sapé teve suas ruas tomadas por milhares de camponeses, realizando passeatas, revoltados com o crime, além de um ato público, conforme descreve Elizabeth:

Recebi solidariedade de todas as classes trabalhadoras, dos estudantes e muitas delegações camponesas vieram ao ato público em Sapé. [...] Foi a coisa mais linda da minha vida, a fraternidade, o amor do homem do campo para com João Pedro e para comigo e os filhos dele. Todos os companheiros da Liga se aproximavam de mim e até queriam incendiar a cidade de Sapé. A revolta foi tão grande que, em 64, dois anos depois, a Liga chegou a ter 30 mil companheiros.⁴⁹

O assassinato de João Pedro não coagiu os camponeses que compareceram em seu enterro, junto com membros de sindicatos, estudantes, políticos e amigos da família. Essa mobilização iria se fazer sentir em toda a Várzea do rio Paraíba. (BENEVIDES, 1985). Diante da repercussão em torno do assassinato de João Pedro, criou-se *“politicamente [...] a possibilidade de uma cobrança, para que pelo menos este crime não ficasse impune”*. (AUED, 1981, p. 44).

O Jornalista Hélio Zenaide, que também era taquígrafo da Assembléia Estadual da Paraíba, por ocasião do enterro de João Pedro, anotou algumas palavras do Deputado campinense Raimundo Asfora durante seu discurso: *“não vamos enterrar um homem, vamos plantá-lo [...]”*. (SOUZA, 1996, p.53). As palavras de Asfora iriam ecoar diante de toda a multidão ali presente. *“Mais de cinco mil camponeses foram ao enterro de João Pedro mostrar que luta continua”*. (A UNIÃO, 04 de Abril de 1962, p.8).

No Ponto de Cem Réis, em João Pessoa, à noite, logo após o enterro de João Pedro Teixeira, a União dos Estudantes da Paraíba – UEPP promoveu comício protestando contra o crime e exigindo a punição dos envolvidos. O evento logo se transformou em aglomeração popular com a presença de camponeses, operários,

⁴⁷ Sobre o imaginário e o clima de subversão que tomava conta do Nordeste (barril de pólvora) reproduzido nas reportagens publicadas pelo *The New York Times*, consultar: MONTENEGRO. **AS LIGAS CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DO GOLPE DE 1964**. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_pernambuco_02.pdf - Acesso em 20/03/2011.

⁴⁸ O jornal estatal da Paraíba também servia como fonte à Agência Nacional de Notícia, que enviava reeletes para todos os jornais do país. (SOUZA e PORFÍRIO, 2000).

⁴⁹ Entrevista disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modu.php?storyid=989>.

comerciários, parlamentares, jornalistas e intelectuais. Durante o comício, diversos líderes políticos e de outros setores discursaram como: Coronel Jocelyn Brasil, Malaquias Batista, Antônio Augusto Arroxelas, Jomar Souto, Agassiz Almeida, Assis Lemos, Hamilton Gomes e Raimundo Asfora. (SOUZA, 1996; BENEVIDES, 1985).

Raimundo Asfora, durante seu discurso no comício, aproveitou o evento para denunciar novamente a violência praticada contra os camponeses, a qual resultara na morte de João Pedro: *“acuso, perante o Governo e a Paraíba, que há um Sindicato da Morte implantado na Várzea para ceifar a vida dos homens do campo. Ninguém se iluda: aquilo não foi mandado de um homem só”*. (apud BENEVIDES, 1985, p. 95).

Na Paraíba, vários foram os canais de difusão das notícias sobre a violência contra os camponeses e acerca dos desdobramentos que as investigações do crime de Café do Vento⁵⁰ tiveram. Após o episódio do assassinato de João Pedro, em sua coluna *“Política e Administração”*, o jornalista Hélio Zenaide, informava que a decisão do governador com relação ao crime seria implacável: *“a polícia investigará tudo o que for possível. E os implicados – sejam grandes ou pequenos – pagarão pelo diabólico crime”*. (A UNIÃO, 04 de Abril de 1962, p.8). (grifo nosso).

Ainda em sua coluna, Zenaide revela suas preocupações com as conseqüências que esse crime poderia trazer, advindas tanto dos proprietários, quanto dos camponeses, haja vista que: *“a tocaia ainda não tinha sido oficializada como arma **nessa luta entre proprietário e camponeses**”*. (grifo nosso). (Ibid. p. 8). A conjuntura apresentada acima suscita algumas questões acerca da natureza dessa violência em que se deu a morte de João Pedro. Será que realmente a “tocaia”, bem como outros crimes violentos já não vinha sendo praticados como forma de coagir os camponeses? Ainda dentro dessa perspectiva: a morte de João Pedro não sintetizaria simbolicamente o cenário de violência que já compunha o cotidiano dos camponeses?

Dias depois da morte de João Pedro, foi instaurada uma Comissão de Inquérito Parlamentar- CPI, com objetivo de entender melhor a realidade à qual as Ligas e camponeses estavam inseridos. João Alfredo Dias, integrante da diretoria da Liga de Sapé, relatava que:

⁵⁰ Estrada que liga a BR-230 ao município de Sapé. Ver anexos, figuras 11 e 12.

A principal causa do aparecimento das Ligas Camponesas foram as questões havidas entre proprietários e camponeses, principalmente em terras das usinas, de onde todos os dias chegava gente espancada pelos proprietários. Atualmente não tem acontecido isso porque nós sempre apelamos para o chefe da polícia, às autoridades estaduais e federais e até para o Ministro da Guerra. (João Alfredo Dias. CPI das ligas pág. 172-173, 16/04/1962 – Sapé. Apud NOVAES, 1997, p. 51).

O depoimento de João Alfredo na CPI das Ligas reforça ainda mais a recorrência de práticas violentas no interior das usinas e dos engenhos, muito antes da intensificação do conflito após a morte de João Pedro em 1962. Ao término das investigações, o Deputado Neiva Moreira, presidente da CPI, declarou ao jornal Estado de São Paulo de 18 de abril de 1962: *“Na Paraíba o problema é mais agudo, pois existe mobilização de lado a lado. A situação se agravou ultimamente com a expulsão de camponeses e a ocorrência de mortes”*. (apud Novaes, 1997, p. 53).

Dentro dessa conjuntura tornava-se patente a preocupação das elites políticas, acerca da necessidade de reformas que não afetassem as relações de poder vigente. (ARAÚJO, 1999).

A sindicalização⁵¹, neste período, começa a interessar o próprio governo, que se preocupa em institucionalizar o movimento camponês e afastar o possível perigo da radicalização. Os proprietários, pelos mesmos motivos, aceitam as propostas de sindicalização, como um “mal menor” sem que, na prática, pensassem em efetivá-las. (ARAÚJO, 1999, p. 107).⁵²

A redefinição desse quadro de conflitos, longe de possibilitar aos camponeses medidas favoráveis dentro da estrutura política e de poder vigente, iria fazer com que as oligarquias do estado reeditassem as velhas formas de intimidação a partir do cerceamento da liberdade, das agressões físicas e morte. (ARAÚJO, 1999). Após o assassinato de João Pedro, o sentimento de revolta que permeava a todos atrelados naquela situação iria influenciar o reinício da caminhada dos militantes da Liga de Sapé, bem como da sua direção, *“dando uma rigidez maior à forma de atuação da liga na luta pela efetivação da reforma agrária na região”*. (NASCIMENTO, 2003, p. 46).

⁵¹ O primeiro sindicato de Trabalhadores rurais da Paraíba foi fundado em 03 de setembro de 1961, em Catolé do Rocha, região do Sertão e longe das áreas de atuação das Ligas. Contudo, a fundação desse sindicato, longe de ser apenas uma tentativa de institucionalizar o movimento camponês, buscava também conter a possível influência que as Ligas poderiam disseminar nessa região. (NOVAES, 1997); Segundo Frei Marcelino de Santana, vigário de Catolé do Rocha, o Sindicato do município contava com 2225 membros em 1962. (A *União*, 28 de Outubro de 1962. p. 3).

⁵² Segundo o Prof. Edgar Malagodi - UFPB (apud VARELA, 2006, p. 91), existiam apenas sete sindicatos rurais legalizados no Brasil até 1960.

Como destaca Santiago (2001), sofrendo agressões de vários setores, a começar pela violência impune por parte dos latifundiários, na tentativa de obter a hegemonia sobre os camponeses, as Ligas entrariam numa escalada de radicalização política e ideológica, que as isolariam ainda mais. “A partir de 1962, quando Goulart estimula a sindicalização no campo, numa tentativa de controlar a mobilização agrária, vamos assistir a um enfraquecimento cada vez maior das “ligas”. (BASTOS, 1984, p. 104).

Com o golpe militar em 1964, as Ligas Camponesas, que durante a década de 1960, exerceram importante papel como instrumento de organização e de luta dos trabalhadores rurais pela cidadania, teriam suas ações desarticuladas e fortemente combatidas. As medidas que objetivaram conter as Ligas, como veremos adiante, também iriam se materializar no discurso da mídia impressa, corroborando com as práticas repressivas direcionadas às Ligas.

3.3 - Aspectos metodológicos da pesquisa com o jornal

Durante os últimos anos, os estudos históricos no Brasil têm conferido cada vez maior importância à imprensa como objeto de investigação. Ela, que foi muitas vezes utilizada nas pesquisas apenas como fonte confirmadora de estudos pautados em outros documentos, passa agora a também ser o cerne das análises. Como observa Vavy Pacheco Borges:

[...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...] inverteu-se completamente; nota-se hoje [...] um freqüente uso da imprensa, [...] como meio fundamental de análises das idéias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc. (BORGES 1999, apud LUCA 2010, p. 130).

Ao decidirmos por realizar esse estudo a partir da imprensa, escolhemos como objeto de análise o jornal estatal paraibano *A União*⁵³. Esse jornal, por não se encontrar digitalizado, fez com que lançássemos mão do uso de máquina fotográfica

⁵³ O jornal *A União*, foi fundado em fins do século XIX (1893), na condição de órgão do Partido Republicano conservador, depois sendo transformado em folha oficial do Estado. Permanecendo ainda como jornal estatal durante suas publicações na entrada do século XXI. (ver: ARAÚJO, 1983, p. 74; 103-115).

(digital) para a aquisição do material. O que possibilitou e favoreceu o processo de catalogação da fonte.

Para a constituição do *corpus* de análise do objeto de estudo, foi necessário efetuar algumas delimitações, que compreendessem nosso recorte temporal (julho de 1961 a dezembro de 1963) em meio às publicações do periódico (*A União*)⁵⁴. A primeira parte do processo se deu por meio da categorização. “*Que funciona* por meio de operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”. (BARDIN, 2010, p. 199). Dentre os critérios de categorização apresentados pela autora, optamos por utilizar o semântico (temático).

Concomitante ao procedimento de realização das fotografias, efetuamos a análise de conteúdo (AC) sobre os textos presentes no jornal. Conforme Bauer (2002), a AC pode ser dividida em duas perspectivas: a quantitativa, quando se traça a frequência dos elementos que se repetem no conteúdo do texto, ou qualitativa, quando se destaca a presença ou ausência de uma dada característica num determinado trecho da mensagem. Lançando mão dessas duas perspectivas, procuramos mapear no *corpus* do jornal, os textos que se referiam à questão agrária em nível nacional e regional nos seus aspectos gerais.

Contudo, para a composição de nossa categoria analítica (*Liga Camponesa*), indiferente da natureza⁵⁵ do texto, selecionamos apenas aqueles que direta ou indiretamente diziam respeito às Ligas Camponesas, ou a seus integrantes. Como indica Bardin (2010), o que permite esse tipo de agrupamento é a parte comum existente entre eles. Em nossa análise, essa categorização temática consistiu em agrupar em uma única categoria todos os elementos atrelados às Ligas. O que nos permitiu identificar ao longo do período analisado, o montante de 277 textos acerca das Ligas Camponesas.

Com base no estudo dessa fonte, pretendemos verificar, como as ações do bloco agro-industrial e do Estado, se materializaram no discurso do jornal durante as tentativas de conter o movimento das Ligas Camponesas nos anos 1960. E como as relações de poder e as disputas políticas que envolveram os camponeses e a classe dominante estiveram presentes ou ausentes no discurso do jornal.

⁵⁴ O Jornal durante o período em análise tinha sua publicação diária, exceto pela terça-feira. O mesmo era composto por uma média de oito páginas, em cada edição. O que em volume resultou em torno de 7500 páginas analisadas em nossa triagem inicial.

⁵⁵ Capa, Editorial, colunas, notas, notícias (nos espaços policiais, políticos, etc.).

Segundo Iñiguez (2005), muitas são as ações sociais que se coloca em prática através do discurso, como: *“o abuso do poder, o controle social, a dominação, as desigualdades sociais ou a marginalização e exclusão sociais”*. (IÑIGUEZ, 2005, p. 118). O trabalho com a fonte periódica permite múltiplas possibilidades de abordagens. Haja vista que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intenções de vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO e PRADO, apud: DE LUCA, 2005, p.118).

Por também compartilharmos dessa perspectiva acerca do potencial do jornal como objeto de estudo e, portador de valores e interesses de determinados grupos sociais, é que optamos por estudar a mídia impressa. Na pretensão de verificar como o discurso de *A União* reproduzia o cenário político e social, em meio ao período aqui estudado.

3.4 – O Jornal *A União* e a questão agrária na Paraíba (1961-1963)

Em meados da década de 1950, ainda no governo de José Américo (UDN), o Estado da Paraíba passava por uma acentuada crise econômica. As classes do poder, a fim de buscar uma possível solução para a crise vivida neste período, passaram a atender aos apelos das políticas desenvolvimentistas e industrialistas.

Dentro desta perspectiva, antes de deixar o Governo do Estado, José Américo se propõe a escolher o seu sucessor, promovendo “a concórdia geral” entre os diversos partidos. Depois de sucessivas reuniões, com os termômetros partidários oscilando ora para o desentendimento ora para a conciliação, a fórmula encontrada foi a composição PSD/UDN, sendo lançado candidato a Governador Flávio Ribeiro, da UDN, e o candidato a Vice do PSD, Pedro Gondin. (ARAÚJO, 1999, p. 101).

Desta maneira, as oligarquias garantiriam astuciosamente o controle do poder político, na medida em que se evitou a participação das massas populares através do processo eleitoral, impedindo assim as objeções, além de se manter o *status-*

quo. (ARAÚJO, 1999). Em janeiro de 1958, devido a questões de saúde, o Governador Flávio Ribeiro Coutinho precisou se licenciar do cargo, assumindo assim, como Governador interino, seu vice, Pedro Gondim.

Percebedor de que a sua ascensão ao cargo de governador era definitiva (já que o grave estado de saúde de Flávio Ribeiro demonstrava que a possibilidade de sua volta era extremamente remota) e com metade do mandato a sua frente, Pedro Gondim procurou imprimir a sua marca pessoal ao “novo” governo que se iniciava, traçando um plano de trabalho específico para a sua administração. As novas diretrizes impostas por ele ao Governo do Estado lhe renderam a conquista de ampla popularidade que se refletiria nas manifestações de apoio e nos elogios vindo dos mais diversos setores, o que criava um clima favorável a sua permanência no governo ao fim do mandato de Flávio Ribeiro. (CITTADINO, 1998, p. 95 apud ARAÚJO, 2009, p. 41).

Esse clima favorável a sua continuidade no Governo do Estado, como coloca Cittadino, iria consolidar-se após as eleições de 1960. No entanto, para concorrer como candidato ao cargo de Governador do Estado, Gondim enfrentou intensa relutância por parte dos quadros de seu partido. Gondim, após ter sido *“preterido na convenção do PSD, que homologou a candidatura de Janduhy⁵⁶, abandona os quadros do PSD, e, integrando-se à UDN, consegue ganhar as eleições para o governo do Estado”*. (ARAÚJO, 1999, p. 105).

Entretanto, Gondim não poderia contar unicamente com o apoio dos setores populares, haja vista que foi fundamental para sua eleição o apoio oriundo dos grupos oligárquicos, bem como da máquina partidária da UDN. (CITTADINO, 1999). Ainda segundo a autora, Gondim manteve-se ao longo dos três primeiros anos de sua administração *“procurando equilibrar-se entre um jogo de pressões antagônicas, servindo de amortecedor e anteparo para o choque direto proveniente da luta de classes”*. (CITTADINO, 1999, p. 111).

É nesse contexto que se situa nosso objeto de estudo. Verifica-se no jornal *A União*, a intensa presença do debate sobre a questão agrária nacional e regional, conduta não diferente do que ocorria em outros Estados e meios de comunicações. No entanto, o posicionamento que o periódico estatal iria tomar frente a esses debates seria de acordo com as especificidades do contexto político e histórico vivido pelo Estado paraibano.

⁵⁶ Janduhy Carneiro, candidato ao governo do Estado pelo PSD, foi derrotado no pleito contra Pedro Gondim (UDN).

Nos primeiros anos da década de 1960, é possível constatar no discurso do jornal a presença das idéias nacionais desenvolvimentistas, as quais eram reflexo das medidas e ações do governo de Pedro Gondim, haja vista que Gondim, ao assumir “o governo do Estado, procura instaurar uma política modernizadora, de acordo com a ótica “desenvolvimentista” em voga naquele momento”. (ARAÚJO, 1999, p. 105).

Seguindo essa linha, *A União*, em seu editorial intitulado *O equilíbrio da miséria*, ressaltava a necessidade de mudanças efetivas na estrutura social e econômica do Nordeste, como possível resolução para a crise formada:

Ninguém pode cogitar do desenvolvimento econômico do Nordeste, da valorização efetiva de seu potencial humano, da implantação de novas e melhores condições de vida, sem a coragem de proclamar que, antes de tudo, estamos precisando de um plano audacioso capaz de modificar a estrutura da situação, com vistas à construção de uma ordem nova. A questão não é só de reparos. (A UNIÃO, Julho de 1961).

Apontando que apenas com uma efetiva modificação na estrutura vigente da região, seria possível o Nordeste sair da crise econômica e social que se encontrava, o discurso do editorial seguia de encontro aos projetos de Celso Furtado para o Nordeste, elaborado a partir da SUDENE. “*Em suma, uma região que, nos termos desenvolvimentistas dos anos 50, precisava ser submetida a políticas de racionalização capitalista que a colocassem nos trilhos do desenvolvimento econômico moderno*”. (FGV – EAESP - RELATÓRIO DE PESQUISA Nº. 24, 2004. p. 24).

Neste sentido, a SUDENE surgiria em decorrência das necessidades socioeconômicas do período. Haja vista a efervescência social presente na região Nordeste, que estaria colocando em perigo a estabilidade política do país (despertando nas elites dirigentes o temor de uma maior instabilidade) e criando maiores dificuldades para os grupos econômicos nacionais. (SILVA FILHO, 2009). Dentro dessa perspectiva contínua o autor:

[...] as disparidades entre os aspectos socioeconômicos do Nordeste e as áreas mais desenvolvidas do país agravavam-se rapidamente e as tensões sociais indicavam que o Governo tenderia a perder o controle sobre a realidade nordestina, fato que levou as elites dirigentes do país a tentarem encontrar alternativas capazes de, pelo menos, acomodar os interesses sociais da Região, para que os empresários não viessem a ter problemas, face às reivindicações das classes menos favorecidas. (SILVA FILHO, 2009, p. 4).

Essa percepção, em torno das contradições presentes na estrutura social e econômica do nordeste, quando comparada a região centro sul, bem como a do risco iminente de convulsões sociais em decorrência desse cenário, também seria difundida pelo jornal *A União*⁵⁷. Desta forma, emergia no periódico o discurso a favor da intervenção do Estado na região, por meio dos projetos fomentados pela SUDENE. Como podemos constatar no editorial *Nordeste, Paraíba e SUDENE*, que trata acerca do I Plano Diretor da SUDENE que aguardava votação no Congresso Nacional:

O governo da Paraíba tem sua posição definida, coerente, inquestionável em torno do Plano Diretor⁵⁸ da SUDENE e de sua aprovação pelo Congresso Nacional. [...] A resistência da economia nordestina ao impacto das secas não pode ser conduzida, apenas, tendo em vista o ângulo climático. O conhecimento de nossas deficiências infra-estruturais, dos liames institucionais, da escassa produtividade, da incipiente industrialização e de tantos outros fatores que motivam e caracterizam o sub-desenvolvimento regional, justificam o tratamento amplo e radical do problema que a SUDENE se propõe objetivar de forma cientificamente planejada. Desta marcha o nordeste não pode mais recuar, sob pena de agravar a questão social já convertida agora na preocupação inquietante das elites e dos governos. Se os nordestinos não estão satisfeitos com os esquemas atuais de administração, chegariam ao desespero caso lhes fôsse sequer apontado o retorno a experiências passadas cujas lembranças sobrevivem de mistura de episódios censuráveis de nossa experiência político-administrativa. (A UNIÃO, 05 de Dezembro de 1961, p. 3).

Após essa publicação, outras se sucederam na mesma linha reforçando a expectativa em torno da aprovação no Congresso do Plano Diretor (SUDENE), bem

⁵⁷ A esta imagem – de *locus*, por excelência, do subdesenvolvimento – acrescentou-se, ao final dos anos 50 e início dos 60, a do “barril de pólvora” prestes a explodir numa revolta popular de dimensões imprevistas. As Ligas Camponesas, o movimento de sindicalização rural, a ação de padres politizados apoiados por uma Igreja sensível à miséria popular, a atuação do Partido Comunista e outros agrupamentos de esquerda eram mais do que evidências, quase certezas, para amplos setores da burguesia brasileira e para o Departamento de Estado norte-americano, de que o Nordeste corria o risco de uma “cubanização” iminente. (FGV – EAESP - RELATÓRIO DE PESQUISA Nº. 24, 2004. p. 24-25).

⁵⁸ O I Plano Diretor da SUDENE era para o período de (1961-1963). (Silva Filho, 2009); Elaborado em abril de 1960, o *I Plano Diretor* da SUDENE traçava políticas de eletrificação do Nordeste, desenvolvimento do setor de transportes, aproveitamento de recursos hídricos, reestruturação da agricultura, melhorias no abastecimento, prospecção mineralógica, levantamento cartográfico, abastecimento de água das cidades do interior, acesso da população à instrução básica e incentivos aos investimentos privados na indústria. Em maio, o projeto foi encaminhado à Presidência da República e daí ao Congresso Nacional. No parlamento, o *I Plano Diretor* foi fortemente combatido pelos grupos políticos tradicionais do Nordeste, sob a acusação de ser “*um verdadeiro plano subversivo*”, que poderia fazer “*eclodir, através da SUDENE, a atmosfera social explosiva de uma guerra civil*”. A aprovação do Plano levaria um ano e sete meses para se viabilizar. (FURTADO: 1989:82 apud FGV – EAESP - RELATÓRIO DE PESQUISA Nº. 24, 2004. p. 94-95).

como o apoio dos “paraibanos” e do governador Pedro Gondim à aprovação. Em matéria publicada na primeira capa (*A União*), no dia 01 de Maio de 1962, com título *Reforma Agrária, Aliança para o Progresso e SUDENE: “Governador ao Jornal do Brasil”*,⁵⁹ Pedro Gondim, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, discorre sobre seus temores no que se refere ao clima de Pré-revolução que estaria engendrando-se no nordeste.

O estado de espírito do nordeste é de pré-revolução, só que ainda não foram montadas as condições materiais e físicas do movimento revolucionário. [...] Segundo o Governador, mesmo sem aliança para o Progresso, bastava que a Sudene fizesse funcionar todo o seu sistema potencial de trabalho para atenuar o fenômeno embora isso fosse apenas paliativo. [...] Disse o governador paraibano que o problema de pressão social é nordestino e apenas explode com maior violência na Paraíba, justamente na zona mais rica, no vale, nas áreas açucareiras em virtude da falta de terras para agricultura de subsistência que estão ocupadas por canaviais. [...] A seu ver, só a Reforma Agrária seria a solução, mas o governo estadual não tem condições nem recursos para fazê-la, dependendo do Governo Federal com a reforma da Constituição. (grifo nosso).

Segundo Araújo (2009), a aproximação do Estado paraibano com os camponeses se dariam devido às crescentes denúncias sobre as contradições existentes no universo rural do país.

Essas denúncias, ao emergirem em âmbito nacional, acabavam por deformar o projeto econômico orquestrado pelo Estado, principalmente no governo de Juscelino. A aparição da situação em esfera nacional e internacional da situação em que vivia o homem do campo no nordeste brasileiro traz à tona a discussão sobre a dualidade e discrepância existente entre o universo rural e urbano, campo e a cidade. (ARAÚJO, 2009, p. 86).

Com a criação da SUDENE, essas contradições tentariam ser amenizadas “a partir do momento em que o Estado passava a se preocupar “com as mazelas do campo”, com os “flagelados”. As propostas do Presidente, em longo prazo inseririam a região no desenvolvimento nacional”. (ARAÚJO, 2009, p. 86).

Ainda quando Governador interino, Pedro Gondim realizava freqüentes apelos políticos em defesa do camponês, entretanto, sendo eles direcionados a questões atreladas a problemas imediatos, como a escassez de gêneros resultante da seca, o

⁵⁹ Essa matéria teve sua publicação original no *Jornal do Brasil*, sendo posteriormente publicada por *A União*.

desemprego, entre outros problemas atrelados ao período de estiagem. (ARAÚJO, 2009). Ainda conforme a autora:

[...] com a ascensão de João Goulart ao poder, e a conseqüente modificação no trato com algumas questões nacionais, como a questão agrária, por exemplo, se percebeu na Paraíba o reflexo da necessidade de novas articulações entre o Estado e o homem do campo, que gradativamente adquiria notoriedade nos debates político-sociais. (ARAÚJO, 2009, p. 90).

Conforme Araújo (2009), os camponeses, que eram representados como necessitados ou flagelados das secas, característica atrelada a estes sujeitos no decorrer do governo de JK, nos primeiros anos da década de 1960 passaram a ter atribuído a eles uma nova posição no plano político e social. “*A nova posição a esses indivíduos reservada, passava a ser proporcional ao crescimento do movimento das Ligas Camponesas*”. (ARAÚJO, 2009, p. 84).

Essa nova perspectiva em torno da condição do camponês também iria ser abordada nas páginas de *A União*, na medida em que o periódico noticiava informações no que tange à atuação dos camponeses através das Ligas Camponesas. Nessa perspectiva, ao lado do editorial do dia 04 de Agosto de 1961, p. 3, *A União*, publicou texto intitulado: “*Congresso rural*” expressando sua percepção acerca da mobilização camponesa que vinha ocorrendo na Paraíba:

Dentro de mais alguns dias realizar-se-á a primeira convenção dos trabalhadores rurais da Paraíba. Será um congresso de camponês onde o homem, que só tinha a foice e a enxada, agora vai ter a palavra para discutir seus problemas. [...] Esquecidos dos poderes constituídos [...] os camponeses têm vivido séculos como marginais da própria civilização. [...] Agora, porém, com a arregimentação das massas camponesas, torna-se obrigatório reconhecer que nosso homem rural ingressa num estágio mais elevado da vida. Sente-se a convocação das amplas massas trabalhadoras por força de uma existência social que ninguém pode desconhecer.

Essas publicações, na medida em que conferia lugar de destaque à atuação camponesa, na esfera política e social, também fazia referência a figura do Governador Pedro Gondim, como líder político que, sensível ao movimento camponês, proporcionava o cenário sócio-político favorável para que estes pudessem assumir sua condição de sujeito atuante. Hélio Zenaide, em texto intitulado “*Camponeses*” em sua coluna ressaltava essa relação:

Os camponeses, entre nós, não tinha história. Não faziam história. Não eram agentes da história. Eram simplesmente expectadores passivos. Hoje

– quem diria há alguns anos! – os camponeses, organizados em ligas [...] vem para as ruas da capital realizar passeata. E o presidente da república ajudou. E o governador do Estado ajudou. [...] Outros, gritam: isso é comunismo! E há os que mandam escrever nos muros e nas paredes: “remédio de comunista é cortar o pescoço...”. E no entanto o que há é apenas isto: os camponeses viraram homens. E por isto começaram a fazer história. E a história haverá de registrar: “foi o Governo de Pedro Gondim...”. (A UNIÃO, 01, maio de 1962, p. 8).

Com efeito, Zenaide não apenas procura destacar a “atuação” do homem do campo e suas reivindicações, mas a relevância da conjuntura engendrada na gestão de Pedro Gondim, para a existência dessa mobilização. Em matéria publicada junto ao editorial, também sob o título: “*Camponeses*”, o jornal expõe a “aproximação” que o governo tem com o movimento camponês:

Sensível aos anseios populares, de quem se revelou o mais fiel intérprete na última e memorável campanha, o governador Pedro Gondim identifica-se indiscutivelmente com o movimento de libertação e de conquista dos homens do campo. ***E tem, no governo, contrariado forças e mentalidades que se antepõe a luta camponesa***, emprestando às Ligas Camponesas o reconhecimento e o apôio que têm direito, como entidades associativas que preparam o advento da sindicalização dos trabalhadores rurais e a implantação da Reforma Agrária. (A UNIÃO, 20 de fevereiro de 1962, p.3). (Grifo nosso).

Contudo, a postura adotada pelo governador paraibano, patente no discurso de *A União*, buscava reforçar seu posicionamento em defesa da ordem, da paz e das instituições, assim como o direito dos camponeses de expressarem suas reivindicações, dentro do regime democrático em vigor. (ARAÚJO, 2009).

O Governador chamava para o Estado a identificação com o movimento das Ligas, enfatizando um tipo de compreensão sobre os motivos da luta camponesa, mas não exatamente para as práticas desenroladas ao longo do processo que acompanhou o crescimento do movimento, ou seja, Gondim dizia comungar com os camponeses as razões de suas revoltas diante da precária situação de vida e de trabalho na qual estes indivíduos viviam. No entanto, não era adepto da violência, tão pouco da “revolução”; afirmava que a *ordem* deveria estar acima de todas as lutas, e que o Estado apoiaria os camponeses, assegurando, contudo, em primeiro lugar, a tranquilidade pública, lidando de forma serena com os acontecimentos e com as decisões cabíveis ao Governo. (ARAÚJO, 2009, p. 90).

O jornalista Hélio Zenaide, em publicação de sua coluna ao tratar das Ligas Camponesas, relatava que o Governador ao ser indagado acerca da natureza do movimento, “*afirmou que via nas Ligas camponesas o primeiro estágio da luta dos*

homens do campo pela organização da classe em sindicatos”. (A UNIÃO, 20 de fevereiro de 1962, p.8).

Durante o *III Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste*, ocorrido em Fevereiro de 1962, em São Paulo, o jornal destacou como relevante a atuação do Governador no evento em torno do debate sobre a Reforma Agrária⁶⁰. Nesse evento, Gondim ressaltou como principais empecilhos existentes na região a intensa concentração de latifúndios e das atrasadas relações de produção. No que tange às Ligas, Gondim sinalizava:

Na Paraíba – advertiu o Governador – mais de 14 mil trabalhadores e lavradores rurais já buscaram a incipiente organização das Ligas Camponesas como forma associativa de condução da defesa de seus interesses. E essas sociedades civis – são ainda palavras textuais do governante paraibano – não se transformaram em faces de agitação subversiva porque a política do governo tem sido, até agora, a de admiti-las dentro de uma filosofia realista e nas condições permitidas pelo grau de maturidade social e política como grupos de pressão democraticamente formados. (A UNIÃO, 21 de fevereiro de 1962, p.3).

Embora o Governador Pedro Gondim indicasse que a situação ainda não tinha sido dominada por completo pela violência, bem como pela “*agitação subversiva*” devido a forma que o Estado estava conduzindo essas relações, não era bem esse o cotidiano no campo paraibano. Dias depois da participação do Governador em São Paulo, um conflito entre proprietários e camponeses eclodiria. O conflito resultou na morte de uma pessoa, deixando outras seis feridas, ocorrendo na fazenda Miriri, durante uma tentativa dos camponeses de darem posse à nova diretoria de sua Liga, bem como “*traçar planos de defesas de sua associação e dos seus direitos de classe*”. (A UNIÃO, 27 de fevereiro de 1962).

O conflito de Miriri, o assassinato de João Pedro em abril de 1962, dentre outras práticas de violência que iriam permear a zona rural paraibana, começava a surgir como reflexo das ações das classes dominantes, que na medida em que assistiam a expansão e mobilização do movimento camponês, viam-se obrigadas a re-articularem forças políticas, e suas práticas de coerção e repressão. Essa

⁶⁰ O projeto de promoção da Reforma Agrária já havia tomado espaço no cenário político nacional desde os anos JK. No entanto, foi com Jango na presidência, que tal debate adquiriu uma proporção peculiar. Desse modo, identificados com a necessidade da supressão do latifúndio e de democratização das terras brasileiras, Jango e Gondim passaram a ter suas imagens associadas na Paraíba. (ARAÚJO, 2009, p. 80).

conjuntura que vinha engendrando-se visando conter o movimento camponês, iria re-configurar a estrutura política e de poder frente aos grupos envolvidos.

3.5 - A presença da Liga Camponesa no discurso do jornal *A União* (1961-1963)

Conforme verificado no tópico acima, e como constataremos no decorrer desse texto, três pontos regularmente emergiam no discurso do jornal *A União*: 1) A defesa em torno da intervenção do Estado por meio de medidas “desenvolvimentistas” objetivando uma re-configuração da estrutura socioeconômica da região nordeste e conseqüentemente da Paraíba; 2) A exaltação pelo jornal do “papel atuante” do Governador Pedro Gondim em meio a esse cenário, sobretudo no que tange à questão agrária e, por fim, 3) A sinalização do barril de pólvora que o Nordeste, sobretudo a Paraíba, possivelmente poderiam se tornar caso tais intervenções nessa estrutura não fossem implementadas.

Com base nessa conjuntura histórica e política apresentada pelo periódico, bem como discutida junto ao nosso referencial teórico, pretendemos verificar como no discurso do jornal *A União* estabeleceu-se as notícias acerca do processo de emergência e mobilização das Ligas Camponesas durante os três primeiros anos (1961-62 e 63) da gestão de Pedro Gondim.

O objetivo direto desta pesquisa não é realizar a análise de discurso de todo o material levantado, ou seja, dos textos jornalísticos que se referem às Ligas Camponesas (os quais mapeamos entre os anos que compreendem o nosso recorte temporal), mas sim, verificar nesse discurso como se estabeleceu o espaço ocupado pelas Ligas Camponesas, ao passo que os conflitos no campo, bem como a mobilização das Ligas se intensificavam no cenário político da época.

Com o crescente clima de tensão no campo paraibano entre camponeses e latifundiários, o Governador Pedro Gondim novamente sinalizava as dificuldades enfrentadas pelo governo para conter iminentes choques entre os dois grupos. Em carta direcionada ao Presidente Jango e ao Primeiro Ministro Tancredo Neves, em 21 de abril de 1962, logo após o assassinato de João Pedro Teixeira, relata Gondim:

[...] Quatro incidentes marcados e maculados com o sangue irmão, onde não faltou sequer a figura covarde e hedionda da emboscada extremaram

a luta de classe entre humildes camponeses e os senhores de terra. Não nos tem faltado vigilância, insuspeição e energia na apuração dos fatos e identificação dos culpados perante à justiça, o que não basta nem satisfaz num problema que já transcende o legal e o jurídico. Superada a fase de preparação política, marcharemos, resolutos, para as reformas básicas, onde, então, se confirmarão ou se negarão propósitos [...]. (A UNIÃO, 25 de abril de 1962, p. 1).

Com efeito, a partir dessa carta verifica-se que os apelos realizados pelo Governado Pedro Gondim tornavam-se cada vez mais recorrentes, ao passo que os conflitos agrários também se intensificavam. Após a morte de João Pedro Teixeira, uma concentração na capital paraibana havia sido programada para o dia 1 de maio. Nesse evento segundo Souza:

Logo que clareou, começaram a chegar a João Pessoa caminhões lotados de camponeses, vindos de todas as Ligas do Estado, que se dirigiam ao pátio em frente à Estação Ferroviária, local previamente escolhido como ponto de encontro dos homens do campo. Foram alugados pelas Ligas mais de 300 caminhões. Somente de Sapé, Mari, Mamanguape, Rio Tinto e Guarabira saíram mais de 200. De Santa Rita, Cabedelo, Bayeux e Lucena, os camponeses vieram de trem. Calculou-se que cerca de 20 mil camponeses se deslocaram até João Pessoa, em caminhões, ônibus e trem. Outras 20 mil pessoas que compareceram eram operários, estudantes, funcionários públicos, donas de casa, gente da Capital e outras cidades que se deslocaram para o Parque Solon de Lucena, mais conhecido como Lagoa. A frente e os lados do Cassino da Lagoa, que serviu de palanque, foram tomados pela multidão. (SOUZA, 1996, p.79).

Segundo Araújo (2009), a presença do Governador nesse evento foi utilizada para transmitir a idéia de apoio de todo o Estado aos camponeses, assim como dar a entender a natureza pacífica do movimento.

[...] *Preferi tomar parte nessa concentração comemorativa do dia universal do trabalhador a defender uma posição omissa e distante, recolhido aos bastidores das conveniências locais.* Quantos desejosos de fazê-lo, temem, e no temor, estimulam o equívoco dos conceitos. Temem o que de si digam ou pensem, sem uma palavra ou gesto de resposta, sem desfrutar sequer uma mensagem íntima de tranqüilidade, que não se defere a dúbios e a calculistas. *Confundem o diálogo das ruas e o livre debate com o fomento de ódios na luta de classe, e, na mistura de juízos precipitam as conclusões.* No final, antes que peçam ou se ofereçam a julgamentos são condenados. [...]. (A UNIÃO, 02 de maio de 1962, p.1). (grifo nosso).

Nessa fala do Governador dois pontos nos chamam atenção, o primeiro, quando Gondim refere-se "*aos bastidores das conveniências locais*", e o segundo acerca dos que "*confundem o diálogo das ruas e o livre debate com o fomento de*

ódios na luta de classe". Ao nos depararmos com esse discurso do Governador, logo emergem algumas indagações: a quem Gondim denominava como fomentador (es) do ódio? Ou omissos dos bastidores das conveniências locais? Após esse discurso como as oligarquias agrárias, bem como outros setores conservadores posicionaram-se frente à conduta do Governador?

Essa concentração ocorrida em João Pessoa repercutiu tanto em âmbito regional como nacional, e demonstrou-se relevante na medida em que colocou ainda mais em evidência a mobilização do movimento camponês e dos setores que direta ou indiretamente o apoiava. Depois de discursar diante dos trabalhadores, o Governador passou a ser fortemente criticado pela oposição. As acusações diziam respeito, sobretudo, ao fato de Gondim estar demonstrando conivência com a sublevação camponesa. (ZENAIDE, 1993 apud ARAÚJO, 2000, p. 94).

Nos primeiros meses de 1962, ao verificarmos as notícias publicadas em *A União* que vinculava a imagem do Governador com as Ligas, bem como seu "apoio" aos camponeses, tornou-se perceptível no discurso do jornal a constante necessidade de reforçar o caráter pacífico do movimento e sua legitimidade diante do contexto social vivido, a fim de justificar a "colaboração" e a aproximação do Governador para com ele.

Assim em abril de 1962, *A União* denunciava que, devido a sua "intensa" cobertura sobre o assassinato de João Pedro Teixeira e dos conflitos ocorridos envolvendo camponeses e latifundiários, o jornal vinha sofrendo retaliações:

[...] A UNIÃO tem noticiado nos últimos tempos, com absoluta liderança, os fatos ligados aos conflitos entre proprietários e camponeses. [...] Houve um atrito em Campina Grande, na fazenda São Miguel [...] Houve um atrito em Miriri e noticiamos o fato, várias versões surgiram. Não endossamos nenhuma: divulgamos todas. Mataram João Pedro de emboscada [...] Não havia autores presos em flagrantes. Havia pistas: indicamos as pistas [...] Defendemos a Reforma Agrária. O Governo do Estado defende a Reforma Agrária. O Governo Federal defende a Reforma Agrária. A Igreja defende a Reforma Agrária. Nenhum cristão pode ser contrário à Reforma Agrária. [...] "A UNIÃO" começa a ser alvo de críticas e de investidas: é o preço de sua coragem de dizer a verdade. (A UNIÃO, 10 de abril de 1962, p.3).

Em uma primeira leitura, pode parecer que o periódico estatal estava realizando cobertura bem "diferenciada dos outros jornais", no que se refere à questão agrária, sobretudo no campo paraibano. Contudo, como já discutido no capítulo 2, o tema Reforma Agrária, assim como os problemas e as contradições existentes no campo, já compunha a pauta de discussão de diferentes instituições, bem como ocupavam as páginas de vários jornais pelo país.

Portanto, compreendemos que essas críticas à cobertura do jornal acerca da questão agrária (o que posteriormente conduziria a substituição de parte de seus quadros e da Diretoria) foram produzidas mais devido à mentalidade conservadora dos grupos⁶¹ de poder político e econômico nos quais estavam apoiado o Governo de Pedro Gondim, do que a uma possível natureza radical ou de tendência comunista da direção do jornal. Parece-nos que as críticas ao jornal (por parte das oligarquias), ao invés de ressaltar o discurso “*fomentador à subversão*” existente em *A União* como diziam seus opositores, salientava mais o grau de reacionarismo presente no seio do bloco agroindustrial, e sua intolerância frente ao movimento camponês.

De acordo com Benevides (1985), a cobertura de *A União* após a morte de João Pedro Teixeira, teria seguido linha diferente do que pensava a elite agrária do Estado. Embora como argumentamos acima o jornal não tenha se quer se aproximado de uma postura radical, o fato de o periódico ter no espaço de suas páginas, notícias sobre as Ligas⁶², na percepção dos grupos conservadores já era algo temeroso, subversivo e inadmissível. Haja vista que:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Portanto, o discurso sendo uma prática social de caráter ideológico, contribui para reproduzir as estruturas sociais, bem como para transformá-la, assim como as estruturas sociais contribuem para a reprodução ou transformação do discurso dentro de um momento histórico e social. Neste sentido, as Ligas Camponesas ao ocuparem espaço no jornal, também estavam obtendo poder, ou a possibilidade de transformar ainda que parcialmente a estrutura social por meio do discurso.

Ao menos que esse espaço fosse utilizado para criminalizar o movimento camponês, ou fragilizá-lo de alguma forma, não seria interessante nem favorável ao bloco agroindustrial tolerar a presença das Ligas Camponesas no discurso do jornal,

⁶¹ Latifundiários e Usineiros ligados a máquina partidária da UDN.

⁶² Seja sobre a fundação de um novo núcleo; reivindicações; homenagem dos camponeses à memória de líderes políticos; visitantes de outros estados ou países que vieram conhecer as Ligas; o movimento destacado como fenômeno e canal de denúncia das mazelas dos camponeses; Julião sendo apresentado como importante liderança dos camponeses, entre outras.

tal qual vinha ocorrendo. *“Uma condição importante para o exercício do controle social por meio do discurso é o controle do discurso e sua própria produção”*. (DIJK, 2008, p. 43).

No plano político, as freqüentes mobilizações das Ligas Camponesas (sobre tudo após o assassinato de João Pedro Teixeira); a aproximação dos setores populares que conferiam seu apoio às Ligas; bem como a “posição” (de tolerância) do Governador frente a elas na tentativa de Gondim manter-se próximo às massas⁶³, ao passo que davam maior projeção ao movimento, também possibilitava sua presença nas páginas de *A União*. Proporcionando ao jornal, em alguns momentos, um ar de tendência progressista, contrastando com os pensamentos e ações das oligarquias paraibanas.

Sobre a produção do discurso, Van Dijk, aponta que:

O modo de produção da articulação é controlado pelo que se pode chamar de “elites simbólicas”⁶⁴ tais como **jornalistas**, escritores, artistas, **diretores** [...] Portanto seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico [...] Como, no entanto, a maior parte dessas elites é controlada pelo Estado ou por empresas particulares, elas também possuem restrições quanto a sua liberdade de articulação que emergem das várias propriedades do seu discurso. [...] Os interesses e as ideologias das elites *[simbólicas]* não são, em geral, fundamentalmente diferente dos interesses e das ideologias dos que pagam seus salários ou lhe dão apoio. (IBID, p. 45-46). (grifos nossos).

Contudo, Van Dijk apresenta que esses processos sociais não são determinísticos:

[...] *apesar das muitas formas de influência pelo Estado ou por organizações poderosas, jornais enquanto organizações e jornalistas enquanto indivíduos podem resistir (até um ponto) a esse tipo de pressão e formular notícias de acordo com sua própria perspectiva e interesses.* (IBID. p. 25). (grifo nosso).

Dentro desta perspectiva e somado ao contexto político engendrado durante o Governo de Gondim e João Goulart, emergem algumas questões sobre o jornal. Qual papel teve a elite simbólica do jornal (representada pelos jornalistas, colunistas e por Hélio Zenaide diretor daquela folha)? Essa elite simbólica imprimiu em determinado momento de alguma forma suas perspectivas acerca da realidade social e política, mesmo que contrárias as dos grupos a quem elas representavam?

⁶³ O que lhe acarretou diversos desgastes com sua base política partidária (UDN).

⁶⁴ Grupos que exercem o poder com base no “Capital Simbólico”, como apresentado por BOURDIEU (1977, 1984); BOURDIEU e PASSERON, (1977) apud DIJK, 2008, p. 45.

Após a vitória de Pedro Gondim nas eleições de 1960 e sua posse em 1961, para direção do jornal *A União*, Gondim indicaria Hélio Zenaide. Junto a este também compunha o quadro de *A União*, Luiz Gonzaga como secretário e Manuel Costeiro como gerente. Zenaide ao assumir a direção do jornal em 06 de fevereiro de 1961, relatava em sua coluna as condições em que estava assumindo *A União*, e suas intenções frente a direção do periódico:

Recebi-o com várias máquinas quebradas, com uma dívida de cêrca de dois milhões de cruzeiros, com grande excesso de pessoal e evidente desgaste no seu patrimônio de modo geral. [...] *Administrativamente, iremos além do simples registro das atividades governamentais. Chegaremos ao plano da análise e da crítica. Jornal de Governo também pode criticar o governo.* Dentro da melhor ética, com espírito construtivo, sob a inspiração de interesse público. *É assim que entendemos. É assim que pensa também o governador Pedro Gondim.* (A UNIÃO, Fevereiro de 1961 apud MARTINS, 1977, p. 57). (Grifo nosso).

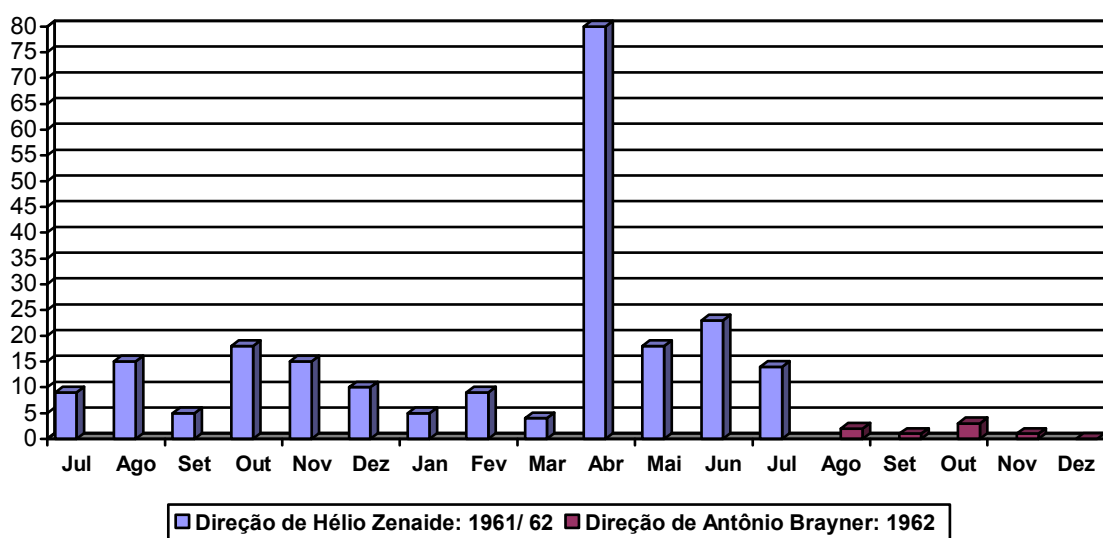
No entanto, as críticas que segundo Hélio Zenaide o jornal faria, devido à efervescência social resultante da mobilização das Ligas Camponesas recaíram mais sobre as oligarquias agrárias que apoiavam o Governo do que propriamente a gestão de Gondim (o qual tinha sua figura constantemente exaltada nas páginas de *A União*). O período em que Zenaide ficou na direção de *A União*, foi uma das fases mais conturbadas do Governo de Pedro Gondim em seus aspectos políticos e sociais.

Durante o processo de triagem e catalogação das notícias relacionadas a questão agrária e, após a ordenação dos textos em uma única categoria analítica (Liga Camponesa), foi possível mensurarmos por meio de gráficos a presença das Ligas Camponesas nas edições de *A União* durante a direção de Hélio Zenaide, e de seu sucessor o jornalista Antônio Brayner. Conforme gráfico⁶⁵ apresentado abaixo:

⁶⁵ Dados estruturados a partir da catalogação do autor. Esses dados foram ordenados e quantificados de acordo com o material o qual tivemos acesso. Portanto, não estando contabilizadas aqui as publicações que, por extravio, ou por encontrarem-se em má condições de conservação, ainda que pertencente ao acervo do arquivo consultado, não tivemos acesso a seus textos.

GRÁFICO I

Jornal: A União - 1961/ 1962
Publicações sobre as Ligas Camponesas



No gráfico apresentado acima, fica patente a diferença entre a produção de textos jornalísticos relacionados às Ligas Camponesas durante a direção de Hélio Zenaide e a de Antônio Brayner ⁶⁶. Torna-se relevante observar que essas publicações acerca das Ligas Camponesas no sentido quantitativo sejam para mais ou para menos, não resultaram diretamente das ações de um único sujeito (o diretor). Mas, apresenta-se como indicativo das mudanças ocorridas na estrutura social e política existente no período no qual elas foram produzidas.

Como destacado acima por Van Dijk, a elite simbólica possui condições de expressar suas perspectivas dentro da realidade vivida, contudo, essa elite simbólica também é fruto dessa realidade, não estando assim longe do domínio dos mecanismos que a controla. Segundo Fairclough (2001), entre o processo de produção do discurso e a estrutura social existente no período, ocorre um processo dialético. Ou seja, após a entrada de Brayner em *A União*, é visível a redução que

⁶⁶ Esse espaço ocupado pelas Ligas Camponesas nas páginas de *A União* teve seu ápice em abril de 1962, mês em que foi assassinado uma das principais lideranças da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira. Situação que não se repetiria no jornal em abril de 1963, quando o periódico não publicou nenhum texto que fizesse qualquer referência ao aniversário de morte de João Pedro Teixeira.

houve em termos da produção de notícias dirigidas às Ligas. Se o movimento camponês continuava atuando, os conflitos entre camponeses e proprietários ainda ocorriam, e as reivindicações dos camponeses eram cada vez mais freqüentes, por que essa supressão de textos vinculada ao movimento nas páginas do jornal?

Com a crescente insatisfação do bloco agroindustrial paraibano, intensificou-se as instabilidades políticas vivida por Gondim oriunda das pressões de sua base de apoio político fundamentada na UDN. Essa dinâmica resultaria na (re) articulação do discurso do jornal, bem como na modificação dos quadros de *A União* ainda em fins do primeiro semestre de 1962.

[...] As elites do poder também possuem acesso a manobras para controlar as dissidência e a resistência entre as quais realizar processo de seleção na contratação de pessoal e na decisão sobre pagar patrocínios, impondo formas mais ou menos confessas de censura, recorrendo a campanhas de difamação e a outros mecanismos [...] Por isso, em muito países ocidentais, basta que seja tachado de “comunista”, ou como uma pessoa contrária ao nosso tipo de “liberdade” ou a um valor dominante similar, para ser desqualificado [...] Essa é uma estratégia poderosa para manter a própria Elite Simbólica sob controle, tanto interna quanto externamente. (DIJK, 2008, p. 51).

Como resultado da atuação desse mecanismo de controle sobre a elite simbólica, é que seria indicado para o cargo de diretor do jornal *A União* em 02 de agosto de 1962, o jornalista Antônio Brayner o qual possuía laços estreitos com a UDN. Sobre a transição da diretoria do jornal e a posse de Brayner, foi publicado em *A União*:

Hoje à tarde, no Palácio da Redenção, às 16 horas o jornalista Antônio Brayner irá assumir o cargo de diretor deste jornal [...] em substituição ao jornalista Hélio Zenaide, que assumiu a chefia do serviço de Relações Públicas daquele Palácio. Velho militante da imprensa paraibana e nosso companheiro de redação, o jornalista Antônio Brayner foi um dos grandes colaboradores do governador Pedro Gondim na campanha renovadora [...] A União no atual Governo, sob a direção do jornalista Hélio Zenaide, assumiu nova feição de luta, exercendo verdadeira liderança na defesa das mais legítimas causas populares da Paraíba. Notadamente pela posição firme e decisiva que manteve face as mais agitadas reivindicações dos homens do campo e dos trabalhadores [...]. (A UNIÃO, 02 de agosto de 1962, p. 3 e 7).

Esse clima de transição tranquilo devido ao novo cargo que Zenaide tinha assumido e de exaltação de sua atuação como diretor do jornal ainda seria difundido dias depois. Em nova publicação, o jornal noticiava uma homenagem realizada para

Zenaide, a qual tinha o intuito de “*dar-lhe um testemunho de apreço e de apoio a orientação que imprimiu ao órgão oficial, durante sua gestão, especialmente, quanto às reivindicações dos trabalhadores e dos camponeses*”. (A UNIÃO, 05 de agosto de 1962, p.8).

Atrelada a essa homenagem, segundo o jornal, estava a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba e a Federação dos trabalhadores das Indústrias do Estado. A posse de Antônio Brayner frente a direção de *A União* rendeu muitas publicações no periódico, o qual a fim de legitimar a nova direção, constantemente publicava notícias ou notas com elogios à nova gestão e congratulações ao governador pela nomeação.

Para Souza (1996), a decisão de Gondim de demitir toda a diretoria do órgão oficial *A União* pode ser considerada como uma mudança de posição tomada pelo Governador, para reafirmar seu apoio e concordância com os latifundiários frente as tensões sociais envolvendo as questões agrária no estado. Em texto publicado em sua coluna *Política & Administração*, intitulado “*Continuar a Lutar*”, Hélio Zenaide fala e posiciona-se com relação as mudanças em *A União*:

A frente de “A União”, devotei-me mais do que nunca para colaborar com o meu amigo e chefe. E sempre nos entendemos da melhor maneira possível. Durante a minha gestão, muitas vezes, fui criticado por setores contrariados pela orientação do jornal. Mas sempre contei com o apoio do Governador. É verdade – e até muito natural – que muitas vezes me fizesse observações orientado-me neste ou naquele sentido, no trato de questões de maior significação. [...] Informado de que o governador gostaria de me convocar mais uma vez para trabalhar no Palácio, agora como o amigo de sempre: fui a êle e pedi para trabalhar no Palácio. **Não fui afastado de “A UNIÃO. Não, não fui mudado. Eu é que pedi para me afastar, para me mudar [...]** (A UNIÃO, 10 de Agosto de 1962, p. 8). (grifo nosso).

Embora Zenaide tentasse justificar sua saída como não sendo uma medida de contenção do governo, o qual estava posicionando-se de forma mais contundente junto aos interesses das oligarquias agrárias, a conjuntura política e a linha que Zenaide vinha adotando no jornal conferia outros indicativos. Ou seja, diante da ebulição social que o estado estava vivenciando, e da intensificação da pressão das classes dominantes sobre o Governador, tornava-se perceptível em alguns momentos os efetivos motivos dessas mudanças.

Em entrevista ao autor, Hélio Zenaide apresenta alguns elementos que estiveram presentes dentro da dinâmica dessas mudanças no discurso do jornal:

O pensamento de Pedro Gondim sobre as Ligas Camponesas não coincidia com o pensamento da UDN, [...] durante o governo de Pedro Gondim nesse interregno houve uma eleição para senador, [...] e João Agripino escolheu para indicar ao senado, o nome do advogado Aluísio Afonso Campos [...] o pessoal da UDN, ligado às Usinas, ligada à várzea do Paraíba, resistiu ao nome de Aluísio Afonso Campos, porque Aluísio Afonso Campos era do partido Socialista, quer dizer, a várzea já era contra as Ligas Camponesas, ia apoiar um candidato do Partido Socialista? [...] *Então o doutor Renato Ribeiro Coutinho, que era o líder da várzea*, que era o líder dos latifundiários para apoiar a candidatura de Aluísio Afonso Campos fez uma série de exigências, e *uma dessas exigências era mudar totalmente a linha que o governo vinha adotando no setor de comunicação, que era no jornal A União e na rádio Tabajara*. [...] *O motivo de nosso afastamento foi essa negociação feita com a UDN, para que a UDN se unisse em torno da candidatura de Aluísio Afonso Campos*. [...] É claro que numa substituição, numa mudança dessa a UDN indicou para esses cargos, pessoas da sua absoluta e estrita confiança, pessoas que eram da linha ultraconservadora. Que foi o caso do doutor Antônio Brayner, que me substituiu na União e do substituto também de Adalberto Barreto na rádio Tabajara. [...] A partir da substituição da gente, o jornal mudou completamente de orientação. Que era coisa até contraditória com a posição pessoal do governador Pedro Gondim, o governador Pedro Gondim, não era daquela linha [adotada por Brayner] do Jornal, mas deixou o barco correr assim mesmo⁶⁷. (grifos nossos).

A Fala de Zenaide permite verificarmos como os acordos políticos regionais e os interesses dos grupos políticos no poder, refletiram no discurso do jornal e na disputa por um maior controle pela produção dessas práticas discursivas. Bem como, a influência e a emergência de outras forças políticas e novos atores, como destaca Benevides:

O gondinismo mostrava nova composição política com a aproximação do deputado estadual Joacil de Brito Pereira através da nomeação de seu cunhado⁶⁸ para titular da Secretaria de Administração. No interior do processo estava oculta a eminência parda do sistema – o deputado federal da UDN, João Agripino Filho⁶⁹, candidato dos coronéis para governar com o golpe de 1964. (BENEVIDES, 1985, p. 49).

Ainda conforme o mesmo autor, a nomeação Sindulfo de Santiago foi uma tentativa do Governador Pedro Gondim de obter o apoio do deputado Joacil de Brito e seus colegas (lacerdistas), haja vista que desde a posse de Gondim como Governador, a insatisfação desse grupo articulado com os latifundiários era patente. Segundo Benevides, a partir da rearticulação das forças políticas de Gondim e da

⁶⁷ Entrevista concedida ao autor por Hélio Zenaide, em João Pessoa, no dia 17 de janeiro de 2011.

⁶⁸ Trava-se de Sindulfo Santiago, que também era membro da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba.

⁶⁹ Importante liderança da UDN na Paraíba e candidato à sucessão de Pedro Gondim ao cargo de Governador do Estado, como de fato viria a se tornar já na ditadura militar após o golpe de 1964.

reorientação do departamento de comunicação do Estado em especial no *jornal A União*:

Iniciou-se a ruptura em bloco com as forças progressistas representadas pelas esquerdas, pelos estudantes, pelos camponeses e pelos operários. A demissão em massa seria capitaneada pelo novo titular Antônio Brayner, que cumpria as determinações do governador. (BENEVIDES, 1985, p. 48).

A ambigüidade idealista de Pedro Gondim de ser o “elo” de equilíbrio da luta de classes revelou-se um fracasso, haja vista que não conseguiu reduzir nem impedir a eclosão da violência, nem impor ao Grupo da Várzea a sua autoridade. (BENEVIDES, 1985). Ainda conforme o autor supracitado, a direção de *A União* sob a gestão de Brayner, teve como principal marca a intolerância política, a suspensão da liberdade de pensamento e do exercício da cidadania, além da demissão de muitos jornalistas. Tendo a direção do jornal assim se orientado, *“para um extremismo de direita que encontraria respaldo jurídico no regime de exceção implantado pelo golpe de 1964”*. (BENEVIDES, 1985, p. 48). Como podemos identificar a partir de uma fala de Antônio Brayner

Muito antes da Revolução, quando assumi a direção do Departamento de Publicidade do Governo fiz uma limpeza no jornal “A União”. Mais de dez jornalistas, que atualmente estão em apuros, na mão do Exército, eu expurguei do Departamento que dirijo. Em todas essas oportunidades e para todas essas atitudes drásticas contei sempre com o mais decidido e corajoso apoio e a mais formal garantia, inspiração e autoridade do Governador Pedro Gondim, que aprovou e manteve todos os meus atos. (Gondim, 1964, p. 169).

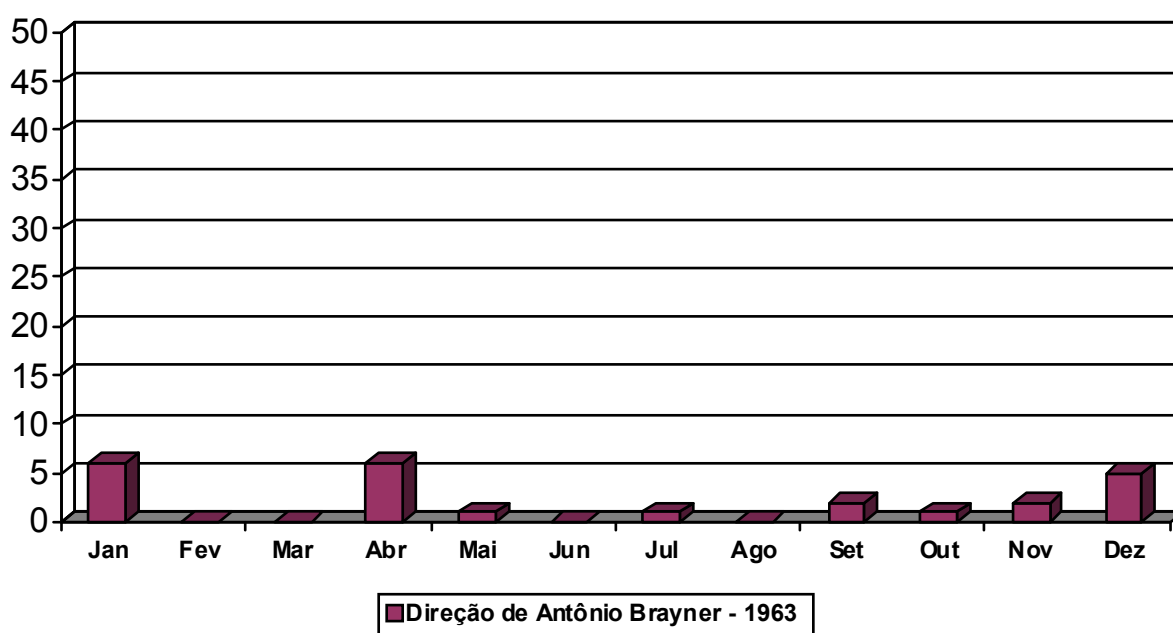
Como já debatido acima, essas mudanças não se restringia apenas aos quadros de *A União*, mas também se daria no conteúdo sobre as Ligas camponesas e, na forma como o mesmo seria transmitido. *“Nos meios de comunicação jornalísticos, essa estratégia de controle do conhecimento exerce-se por meio de seleção restritiva de assuntos e, mais geralmente, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas”*. (DIJK, 2008, p. 50). Conforme o mesmo autor:

[...] cabe à “elite simbólica” e a seus discursos controlar os tipos de discursos, os tópicos, os tipos e a quantidade de informação, a seleção e a censura dos argumentos e a natureza das operações retóricas. Essas condições determinaram, em essência, os conteúdos e organização do conhecimento público [...]. (DIJK, 2008, p. 50). (grifo nosso).

Uma vez a “elite simbólica” controlada, o próximo passo seria controlar a natureza e o volume das notícias vinculadas as Ligas Camponesas presentes no periódico. O gráfico a seguir nos permite perceber essa operação:

GRÁFICO II

Jornal: A União - 1963
Publicações sobre as Ligas Camponesas



Coexistindo com a diretriz abordada pelo jornal na gestão de Brayner, pautada na *reconstrução da realidade social e política* orquestrada no Estado através do discurso, ocorreria também na aliança do governo com o bloco agroindustrial, o estabelecimento da exclusão do campesinato paraibano do processo político. (BENEVIDES, 1985). Essa posição refletiria na escolha de novos atores para ocuparem os espaços nas páginas de A União, em detrimento de notícias vinculadas às Ligas Camponesas⁷⁰.

⁷⁰ Nas matérias publicadas pela A União durante a gestão de Antônio Brayner, constatamos um aumento significativo de texto referindo-se ao *industrial Renato Ribeiro Coutinho*, em seus diversos aspectos, seja pela suas “ações” beneficentes junto aos camponeses, ou sua relevância dentro do quadro da política e da economia estadual. Esse espaço conferido a ele é também uma consequência da ausência de notícias sobre as Ligas, dentro dessa operação de mudança (substituição) dos atores políticos autorizados a estarem em evidência nas páginas do periódico estatal.

Com base nessa perspectiva de *reconstrução da realidade social e política* como coloca Van Dijk (2008), o jornal passaria a publicar uma série de matérias colocando a Paraíba como um estado de paz e ordeiro, diferente do Estado vizinho, Pernambuco. Essa nova direção seguida por *A União* implicava na negação das Ligas Camponesas, destinando ao movimento camponês lugar de *ostracismo* dentro da conjuntura política e social do estado. As Ligas, que outrora apareciam nas páginas de *A União* como manifestação do “bravo homem do campo” em meios às mazelas vividas por este, agora passa a ser evidenciada como uma ameaça às instituições e à “paz ordeira”.

No mês da posse de Antônio Brayner, em agosto de 1962, como visto no gráfico acima e de acordo com nosso levantamento, apenas duas notícias foram publicados sobre as Ligas Camponesas⁷¹, uma referindo-se sobre a prisão de um “discípulo de Julião”, o qual estava portando armas para as Ligas, segundo a narrativa do texto; e outra, sob o título “*Paraíba é um estado progressista e ordeiro: Ligas Camponesas e outros aspectos no Nordeste*”. Texto republicado em *A União* a partir do jornal “*Gazeta do Povo*”, que consistia em uma entrevista do Desembargador paranaense Cunha Pereira acerca de suas impressões do Estado da Paraíba.

Deixei a Paraíba tranqüila, -- declarou o ilustre entrevistado -- ao contrário do que por aqui se propaga, a iminência de conflagração *face à atuação das chamadas “ligas camponesas”, cuja existência passa desaparecida* àqueles que visitam o próspero Estado da Federação brasileira. (A UNIÃO, 07 de agosto de 1962, p.3). (Grifo nosso).

O texto ainda seguia informando que o povo paraibano, bem como o governo do estado, industriais, entre outros cientes de suas necessidades e carências sociais e econômicas, anseiam e trabalham pelas soluções dos mais urgentes problemas sociais do Nordeste. Fica evidente nessa matéria a falta de apreço destinado às Ligas, bem como ao campesinato que, através do movimento camponês, vinha se mobilizando politicamente. Dentro dessa mesma perspectiva de depreciação das atividades das Ligas Camponesas, *A União* publicou em outubro de 1962: “*Ligas Camponesas fracassaram na Paraíba*”. Trata-se também de uma entrevista publicada em outro jornal (*Jornal do Comércio*), em que o entrevistado

⁷¹ No mês de julho ainda na gestão de Zenaide, identificamos 14 publicações vinculadas às Ligas. Cabe ressaltar que essas notícias embora possuíssem natureza diversa, nenhuma explicitava a criminalização ou destinava ao movimento lugar de irrelevância.

indiretamente faz suas críticas às Ligas e, apresenta possíveis “alternativas” a elas, como podemos observar:

Em entrevista concedida ao “Jornal do Comércio” [...] o religioso Frei Marcelino de Santana, vigário de Catolé do Rocha, no sertão paraibano, prestou as seguintes declarações: “*Vista de fora, a Paraíba parece estar totalmente eivada do comunismo*. No entanto, assim não acontece. É o que nos afirma o Frei Marcelino de Santana, religioso capuchinho, vigário da cidade de Catolé do Rocha, no alto sertão paraibano [...] fundou o primeiro sindicato rural da Paraíba, que conta atualmente com 2225 membros, devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. (A UNIÃO, 28 de Outubro de 1962, p.3).

Nessa linha que buscava dar ênfase a uma “ordem institucional pacífica”, na medida em que depreciava o movimento camponês, *A União* seguia publicando outros textos. Em matéria intitulada “*Usineiros pernambucanos pleiteiam garantias de vida*”, baseado em publicação do “*Diário de notícias*” (jornal carioca), *A União* de 20 de Janeiro de 1963, destacava as violentas invasões que supostos membros das Ligas Camponesas estavam implementando em Pernambuco:

[...] tropas da polícia militar de Pernambuco se deslocaram para a zona rural do Estado, a fim de garantir a ordem posta em perigo com a ameaça de invasões às usinas e engenhos, por parte de agricultores filiados às Ligas Camponesas sob o pretexto de reclamarem o pagamento do décimo terceiro salário [...] Os usineiros receosos se dirigiram à capital pernambucana pleiteando garantias de vida e segurança para suas propriedades [...] Segundo o “*Diário de notícias*” o Estado de Pernambuco está ameaçado de uma revolução de camponeses [...]. (Grifos nossos).

A publicação acima compõe uma série de textos que passariam a ser articulados junto a idéia de um Nordeste que vinha se transformando em um Barril de pólvora, contudo não sendo mais a Paraíba o foco das tensões como fora apresentado em edições anteriores, inclusive a partir de declarações do próprio governador chamando a atenção para a iminência de uma revolução comunista na Paraíba.

Segundo Araújo (2009), os meses finais do governo Jango tiveram como marca a intensificação dos debates em torno das reformas de base. Na Paraíba, continua a autora, bem como no Nordeste, os ânimos se exaltavam cada vez mais, e, neste sentido, “*A União passou a incorporar um clima de intranquilidade em suas enunciações*, sem, contudo, negar a existência de uma relativa conjuntura ordeira mantida pelo poder executivo”. (ARAÚJO, 2009, p. 83). Em editorial de 23 de Agosto de 1963, p. 3. *A União* destaca que:

Continua em crescente ebulição e efervescência o clima quase revolucionário, implantado na região nordeste, onde, com raras exceções, se criou um ambiente de subversão, de manifesta hostilidade, de insegurança e de iminente perigo, tanto para a população, como para as instituições democráticas. [...] *Embora reine e se positive na Paraíba, um clima de harmonia, de paz, de ordem e de respeito, implantado pela ação moderada, vigilante, moralizadora e enérgica, quando necessário, do Governador Pedro Gondim, muito nos intranquiliza, inquieta e alarma essa progressão subversiva que se alastra pelo nordeste* subdesenvolvido e que figura, por isso mesmo, como uma presa fácil e um campo ideal à ação dos agitadores, inimigos da democracia e da Pátria, interessados na confusão e na anarquia generalizada, porque para eles “quanto pior melhor”. (grifo nosso).

Como apresentado acima, o jornal não apenas vinha adotando a linha que negava a participação da Liga dentro do processo político em defesa e mobilização do campesinato, como ressaltava tal atuação como fomentadora de um ambiente subversivo. Contudo, o periódico insistia que a existência de tal subversão não se encontrava presente no seio da Paraíba de forma tão exacerbada, quanto ocorria no resto do Nordeste.

Ainda seguindo essa orientação, no editorial de 13 de Setembro de 1963, intitulado “*A Situação delicada*”, *A União* chamava a atenção novamente para esse clima de intranquilidade em torno do debate acerca da questão agrária no país e, sobretudo no Nordeste. Destacando a necessidade da aprovação imediata das Reformas de Base, o jornal apontava a implementação das Reformas como forma de amenizar a conjuntura intranquila que estava se formando. Além de deslocar assim a responsabilidade pelas “convulsões sociais” que estavam ocorrendo em âmbito estadual e regional, para a esfera Federal.

Agrava-se, cada hora que passa, a difícil situação em que se encontra a nossa pátria. [...] A falta de ponderação e a maneira desordenada e intransigente como agem e atuam as classes mais poderosas, influentes e organizadas desta insustentável e perigosa babel em que se transformou a República, dos sindicatos às ligas camponesas, atestam bem a posição desastrosa que atingimos, ameaçados por sintomas iniludíveis da desintegração [...] As Reformas de base não podem ser retardadas ou proteladas [...]. (A UNIÃO, 13 de Setembro de 1963, p. 3).

Conforme Araújo (2009), o jornal *A União* teve importante papel para Gondim, no que tange a defesa das “Reformas Urgente”, haja vista os discursos enfáticos com relação a Reforma Agrária, e aos apelos aos valores do povo paraibano para demonstrar que o Governo estava comprometido com as necessidades dos menos favorecidos. “*No entanto, uma das dubiedades presentes na postura do Governador*

era o fato dele estar impossibilitado de romper com os laços que o ligavam às classes “conservadoras” do Estado, devido principalmente as suas relações partidárias”. (ARAÚJO, 2009, p. 96).

Essa dubiedade de Gondim a partir de 1963 tenderia a se diluir. De acordo com Cittadino:

No início de 1964, quando a tensão social atingiu seus níveis mais elevados com o registro de sangrentos conflitos no campo e a luta de classes expressou-se de forma transparente, Gondim viu-se obrigado a assumir uma posição definida frente às classes em luta e o fez com o senso de sobrevivência política: abandonou definitivamente a posição conciliatória, cedeu totalmente às pressões dos latifundiários e reprimiu vigorosamente o processo de mobilização popular em curso. (CITTADINO, 1999, p. 112).

Segundo Mello (2008), o movimento de 31 de março chegando à Paraíba encontrou adeptos do Governo Federal e das esquerdas atônitos e desarticulados. *“Em Rio Tinto, prefeitura, sindicato e Ligas Camponesas esboçaram resistência abafada pela milícia estadual. [...] de Sapé, esta última ocupou as cidades de maior fermentação social, [...] o exército fazia o mesmo no eixo João Pessoa-Recife”.* (MELLO, 2008, p. 216-217).

Assim, quando o golpe militar se efetivou, o pacto populista já se encontrava desestruturado e o Governador emprestou todo o seu apoio à constituição do novo Estado, garantindo dessa forma, sua permanência à frente do Governo até o final do seu mandato. (CITTADINO, 1999). Para Benevides (1985), nesse contexto, o bloco agroindustrial se articulava com o novo Estado autoritário, expressando seu apoio ao golpe e, *“preparando seu espaço de dominação e articulando, novamente, a exclusão social e política do campesinato”.* (BENEVIDES, 1985, p. 129).

“No campo, sobretudo em torno das áreas das Ligas Camponesas, a repressão foi particularmente feroz, calando todas as lideranças e bloqueando, por um longo tempo, qualquer possibilidade de reorganização das classes camponesas”. (CITTADINO, 1999, p. 113). Segundo Hélio Zenaide:

Os donos da Várzea caíram em cima de todos os trabalhadores rurais que eram filiados às Ligas Camponesas. Foi uma verdadeira caça às bruxas. O pessoal do doutor Agnaldo Veloso Borges saía em caravana a cavalo, de casa em casa. Invadindo cada casa. Tomando a carteira profissional do Ministério do Trabalho.⁷²

⁷² ZENAIDE apud CITTADINO (Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_paraiba_01.pdf.)

As Ligas Camponesas foram consideradas ilegais e tiveram suas lideranças perseguidas, presas, torturadas e até mesmo assassinadas, tendo alguns que fugir para sobreviver⁷³. (CITTADINO, 1999). Assim, ficando praticamente inviável qualquer mobilização de cunho social e político na Paraíba assim como no país, o que acometeria profundamente a existência e atuação dos movimentos sociais, em especial as Ligas Camponesas, bem como a discussão que vinha se realizando no país em tona da questão agrária.

⁷³ Como foi caso de Elizabeth Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira. Ao descrever a sua fuga da Paraíba, ela deixa claro que o que a movia era o temor de "cair nas mãos de Luiz de Barros" militar que controlava a repressão na área da Várzea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso da pesquisa, reunimos esforços na tentativa de reconstituir parte do cenário sociopolítico e histórico que possibilitou os diversos debates (seja contra ou a favor) em torno da reforma agrária. Nesse sentido, apresentamos como diferentes setores da sociedade procuraram lançar mão dos mais diversos meios, a fim de defenderem seus projetos políticos e de poder, atrelados a seus respectivos interesses.

Como destacado a partir de nossos referenciais teóricos, a conjuntura política que se estabeleceu no final do Estado Novo (1945), somada a suposta “liberdade democrática” presente durante os Governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e sobretudo, de João Goulart, proporcionaram espaços que direta e indiretamente contribuíram para a mobilização dos camponeses e do operariado nos grandes centros urbanos.

Não obstante, pudemos constatar que a mobilização em torno da questão agrária frente a defesa dos direitos dos camponeses em meio aos anos 1950 e 1960, não ocorreu apenas devido a suposta liberdade democrática desse período, mas sendo resultado também das ações dos camponeses; partidos políticos (como o caso do PCB); da ala progressista da Igreja; setores populares; parlamentares, entre outros. Nesse sentido concordamos com a perspectiva defendida por Maria do Socorro Rangel, que aponta o processo de formação das Ligas Camponesas, como resultado das confluências de vários projetos, de vários desejos de mudanças e não como um único projeto político construído antes e independentemente da experiência social.

No que concerne ao caso da Paraíba, verificou-se que a partir das experiências de João Pedro Teixeira junto a outros camponeses em 1954, que ocorreram as primeiras tentativas de se criar uma associação rural que pudesse conceder suporte, bem como arregimentasse os camponeses da região. Entretanto, mediante a restrita liberdade de mobilização dos camponeses, devido a intolerância dos proprietários de terra, esse projeto só viria se consolidar em 1958. Contudo, foi na década de 1960 que as Ligas iriam se expandir por boa parte do Estado da Paraíba, institucionalizando assim as denúncias e as reivindicações do homem do campo.

Essa mobilização das Ligas somado ao seu crescente poder de expressão, longe de gerar apenas repercussão a nível nacional e internacional, geraria, sobretudo, muito desconforto na esfera local às classes no poder atreladas ao bloco agroindustrial. Essa dinâmica social a qual trazia em seu cerne a existência das Ligas Camponesas, não contemplaria a coexistência pacífica entre o movimento camponês e o bloco-agroindustrial.

Logo, a cidade de Sapé na Paraíba sediou não apenas o núcleo mais expressivo das Ligas Camponesas, como se tornou palco de conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terra. O choque de classes além de deixar patente as contradições sociais existentes na região, também resultou no aumento de práticas de violência na medida em que assassinatos de lideranças camponesas, expulsões, agressões físicas entre outras ações contra o campesinato, tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Diante do quadro apresentado acima, é que transcorreu a maior parte do governo de Pedro Gondim, as suas tentativas de manter uma posição conciliadora diante do choque de classes, demonstrou ainda mais os traços de ambigüidade e fragilidade do governo frente as ebulições sociais vividas no campo e, a pressão ostentada pelos latinfundiários e usineiros para que o Estado reprimisse de forma mais contundente o movimento camponês.

A partir do mapeamento das publicações de *A União* sobre as Ligas Camponesas, pudemos constatar que os grupos dominantes na tentativa de conter a atuação das Ligas Camponesas, além de medidas coercivas, utilizaram o discurso do jornal *A União* como meio para materializar suas idéias contrárias ao movimento, e tentar recriar uma nova percepção em torno do mesmo. A partir da catalogação que fizemos das notícias publicadas pelo jornal com relação as Ligas, foi possível não apenas identificar a quantidade de textos, como estabelecer uma relação com os acontecimentos que permeavam a estrutura social no período de suas publicações. Assim, foi possível não só mensurarmos os fluxos desses textos, entre 1961 e 1963, mas identificar também qual era sua natureza e como essa se transformava de acordo com as mudanças nas relações de poder, e com a intensificação das tensões sociais e políticas.

Ainda de acordo com essa perspectiva, acreditamos que conseguimos confirmar nossas hipóteses iniciais, no que tange as mudanças que o discurso do jornal supostamente teria sofrido. Com base na catalogação sistemática e na análise

da documentação, pode-se constatar uma ruptura no discurso do periódico estatal, a partir da entrada de Antônio Brayner na diretoria (gerência) do jornal, contudo, verificamos também que essa ruptura não resultou da saída ou da entrada de um indivíduo para o cargo de Diretor do jornal, mas como argumentamos fundamentados nas idéias de Van Dijk e Fairclough, fora reflexo da dinâmica das relações sociais, políticas e de poder do período. Ou seja, a saída de Hélio Zenaide não foi o que gerou a mudança do discurso do jornal, mas apresentou-se como marco do início de novas práticas discursivas que já vinham sendo engendradas, devido as alterações na estrutura social.

Em meados de 1962 após morte de João Pedro Teixeira e com o acirramento das relações no campo paraibano, Gondim, se viu cada vez mais empurrado para junto dos interesses do bloco agroindustrial, cedendo dessa forma espaços para novos atores no palco da política estadual, ao passo que se afastava cada vez mais dos movimentos populares. Esse cenário de crise do governo Pedro Gondim, iria contribuir para transformar as práticas discursivas do jornal que se colocando de forma contrária as Ligas Camponesas, tentava “criar uma nova realidade política e social” no Estado cristalizando e construindo em seu discurso uma Paraíba pacífica, ordeira, que se contrastava com o barril de pólvora que estava se tornando o Nordeste.

Ressaltou-se também que essa imagem de uma Paraíba ordeira e pacífica, engendrada a partir do discurso de *A União*, fazia fortes e constantes apelos acerca da necessidade de se aprovar as *Reformas de Base*, como forma de conter o caos que estava se instaurando no país. Ao se colocar as *Reformas de Base* como resolução dos problemas agrário do país e da Paraíba, destacando com ênfase essa necessidade, entendemos que o jornal não intencionava apenas apoiar as reformas propostas pelo Governo Jango, mas também deslocar os debates e o papel social e político que as Ligas vinhas exercendo, bem como outros setores populares, para o campo institucional. Assim o jornal poderia apresentar a atuação das Ligas, como na contra mão do caminho proposto pelas instituições democráticas.

A mudança no discurso do periódico, viria também marca uma nova fase na Paraíba, onde os setores conservadores rearticularam-se para fazer frente as esquerdas e aos movimentos sociais atuantes no Estado. O resultado dessa mudança iria se concretizar com a implantação do Estado autoritário estabelecido, com o início do regime militar de 1964. Por fim, o golpe militar seguido da forte

repressão às Ligas, não apenas iria marcar fortemente a memória camponesa com o estigma do medo e da derrota, como também iria comprometer até mesmo sua existência.

Contudo, torna-se oportuno refletir o quanto as práticas discursivas fomentadas pelo Estado através de sua mídia, bem como em conjunto de medidas repressivas, comprometeram a existência dessa memória, e a existência de espaços de memória atrelados as Ligas Camponesas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, p. 20-40. 110p.
- ARAÚJO, Fátima. **História e Ideologia da Imprensa na Paraíba**. João Pessoa, Cia. Editora, 1983. 149 p.
- ARAÚJO, Marta. L. R. O processo político na Paraíba: 1945-1964. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba; v.4).
- ARAÚJO, Railane M. de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958-65)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - UFPB/CCHLA, João Pessoa. 2009. 140 p.
- AUED, Bernadete Wrublevski. **A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas (1955-64)**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades da UFPB, Campina Grande, 1981. 201 f.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 121-162. 281 p.
- BANDEIRA, L. M.; MIELE, N.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta: A vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa – PB: Ed. universitária/ UFPB, 1997. 173 p.
- BANDEIRA, M. L. A. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Ed. UNB, 2001. 320 p.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis; Vozes, 1984. 141 p.
- BAUER, MW. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER MW, GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002. p.189-217. 516 p.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.140 p.
- BENEVIDES, Maria V. **O Governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 87 p.
- CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política. O Brasil republicano**, vol. 3, t. III, São Paulo: Difel, 1997. p. 147-224. 610 p.

_____. **Verbetes temático – Ligas Camponesas.**

Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp

CITTADINO, Monique. **O golpe de 1964 e a instalação da repressão na Paraíba.**

Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_paraiba_01.pdf.

_____. A política paraibana e o Estado autoritário (1964/1986). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Estrutura de poder na Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba; v.4).

DIJK, T. A V. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 39-87. 286 p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UNB, 2001. 316 p.

FAUSTO, BORIS. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2009. p. 319-463. 660 p.

FERNANDES, Irene. F.; AMORIM, Laura. H. B. **Atividades produtivas na Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1999. p. 49-60. 106 p. (Coleção História Temática da Paraíba; v.2).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – EAESP/GV PESQUISA - **RELATÓRIO DE PESQUISA** Nº. 24, 2004. Texto disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3052/P00290_1.pdf?sequence=1 – (Acesso em 15/03/2011).

GONDIM, Pedro Moreno. **Honra e Verdade.** João Pessoa: A União, 1964. 321 p.

IANNI, O. **Origens agrárias:** Do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004. 256 p.

_____. A formação do proletário rural no Brasil. In STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate na esquerda: 1960 – 1980. p. 107-125. 320 p.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do Discurso em Ciências Sociais.** Petrópolis, Vozes, 2005. p. 105-160. 312 p.

LUCA. Tânia Regina de. Fontes impressas: histórias dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005 (p.111-153). 302 p.

MONTENEGRO, A. T. **As Ligas Camponesas e a construção do golpe de 1964.**

Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_pernambuco_02.pdf

MARTINS, Eduardo. **A União Jornal e História da Paraíba:** sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa – PB: A União Editora, 1977. 317 p.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil.** História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. 103 p.

MELLO, José O. de A. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. João Pessoa: Ed. A União, 2008. 280 p.

MOREIRA, E.; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa : Editora Universitária/ UFPB, 1997. 332 p.

NASCIMENTO, Juliana E. T. do. **A saga do Camponês João Pedro Teixeira e a Liga Camponesa de Sapé – PB**. 2003. Monografia de conclusão de curso – CH da UEPB – Departamento de História, Guarabira, 2003. 61 f.

NOVAES, R. C. R. **De Corpo e Alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997. p. 35-70. 238 p.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte; Esperança da vida**. A história das ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2000. 372 f.

SANTIAGO, Vandeck. **FRANCISCO JULIÃO: Luta, paixão e morte de um agitador**. Recife; ALEP, 2001. 69 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Tradução: Ismênia T. Dantas. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982. 509 p.

SILVA FILHO, Leonides A. da. **SUDENE 50 anos**. Recife: Comunigraf, 2009. p. 7-24. 112 p.

SOUZA, Francisco de A. L. de. **Nordeste: O Vietnã que não houve**, Ligas Camponesas e o golpe de 1964. Londrina: Ed. UEL/ Ed. da UFPB, 1996. 375 p.

SOUZA, F. de Assis L. de; PORFÍRIO, W. **João Pedro Teixeira**. João Pessoa - PB: A União editora, 2000. 72 p.

SOUZA, Itamar. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis; Vozes. 1982. 97 p.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 224 p.

_____, J. P. (org.) e ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: Programa de reforma agrária 1946-2003**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 41-117. 240 p.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo; Brasiliense, 1982. 123 p.

VARELA, F. **A questão agrária nacional, e assentamentos rurais na Paraíba**. 4. ed. João Pessoa: Idéia, 2006. 237 p.

VÍDEOS

CABRA MARCADO para morrer. Produção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Globo. Vídeo, 1984. VHS. 120 mim.

SITE

<http://cpdoc.fgv.br/> - (Artigos sobre: A Era Vargas I; Os Anos JK e João Goulart.)

ENTREVISTAS

- **Hélio de Nóbrega Zenaide.** Concedida ao autor, em 17 Janeiro de 2011. João Pessoa.
- **Elizabeth Teixeira:** Por Alípio Freire e Hamilton Pereira, em 31 de Janeiro de 1997.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DA FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO (FCJA) – João Pessoa - PB

Jornal: *A UNIÃO* (Julho de 1961 a Dezembro de 1963).

ANEXOS



Figura 1- Jornal A UNIÃO, 15 de Julho de 1962 (Primeira Capa) – Matéria sobre a possível visita de Kennedy a Paraíba, ainda em fins de 1962.

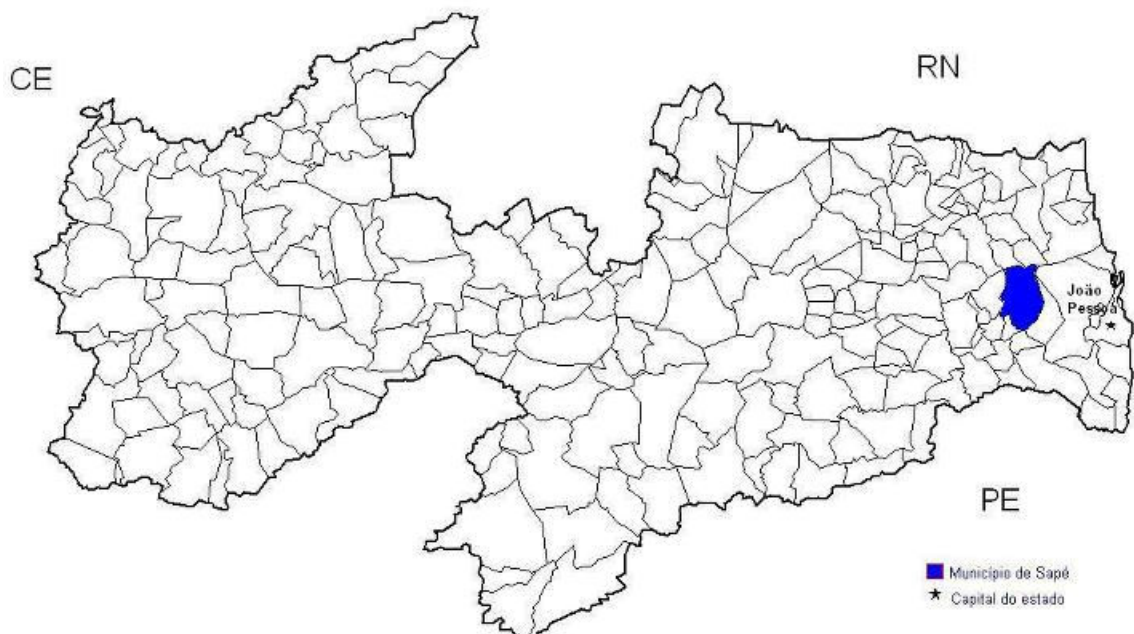


Figura 2- Croqui: destacando a cidade de sapé no Estado da Paraíba.

Fonte: http://www.santiagosiqueira.pro.br/mapas/brasil/estados_municipios/paraiba.JPG
 Destaque do município de Sapé e legenda, adaptação do autor.

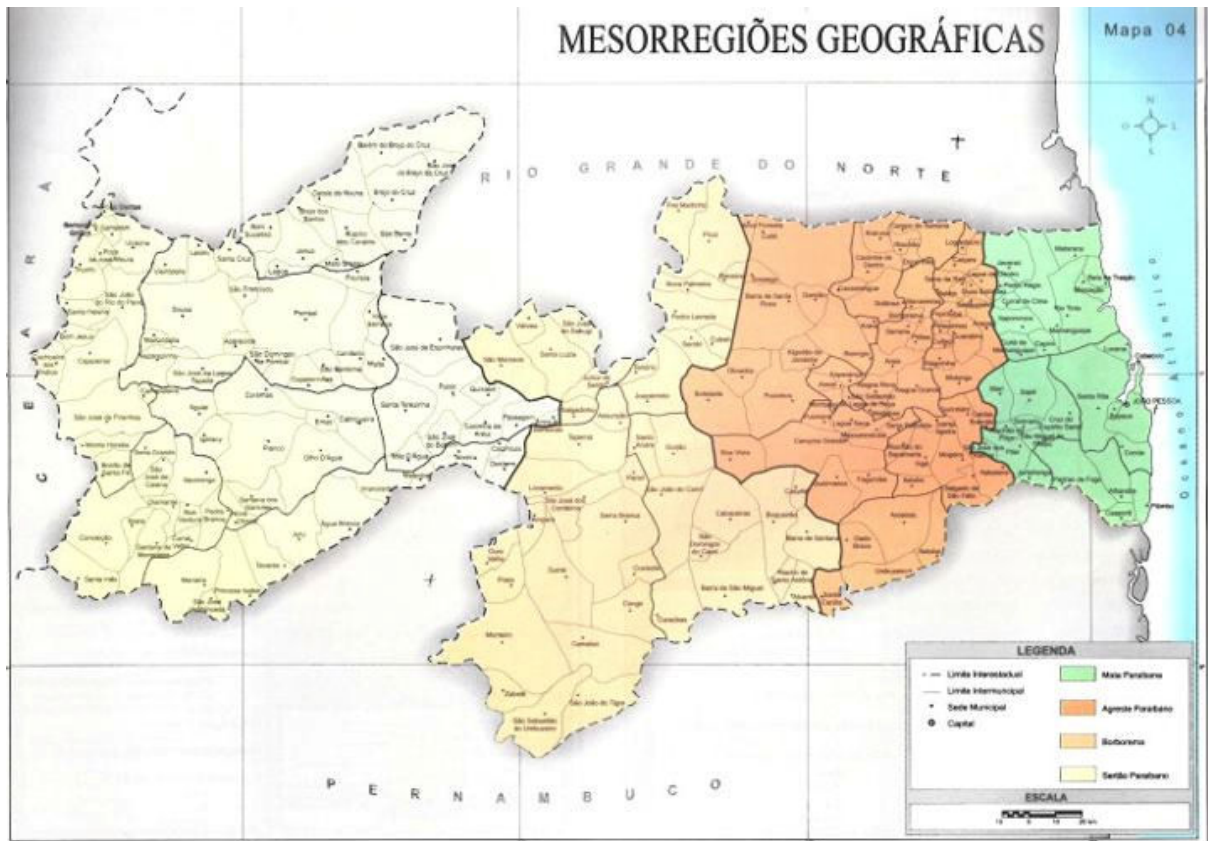


Figura 3 – Croqui: mesorregiões geográficas da Paraíba.
 Da esquerda para a direita: *Sertão Paraibano; Borborema; Agreste Paraibano e Zona da Mata.*
 Fonte: Atlas Escolar da Paraíba. João Pessoa, 3ª edição. 2002, p. 13.



Figura 4- (Rio) Parte do trajeto até a casa de João Pedro. Ponto da segunda emboscada caso a primeira situada na estrada Café do Vento falhasse.
 Foto de Thiago M. M. e Silva – Sapé - PB, Janeiro de 2009.



Figura 5- Casa de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, no sítio *Antas do Sonho*
Foto de Thiago M. M. e Silva - Sapé - PB, Janeiro de 2009.



Figura 6- Casa de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, no sítio *Antas do Sonho*.
Foto de Thiago M. M. e Silva - Sapé - PB, Janeiro de 2009.



Figura 7- Vista da chegada da Usina Santa Helena.
Foto de Thiago M. M. e Silva - Sapé - PB, Janeiro de 2009.



Figura 8- Prédio (ruínas) da Usina Santa Helena
Foto de Thiago M. M. e Silva - Sapé - PB, Janeiro de 2009.



Figura 9 – Memorial João Pedro Teixeira⁷⁴. Localizado no povoado Barra de Antas no município de Sapé.

Foto de Thiago M. M. e Silva - Sapé - PB, Janeiro de 2009.

⁷⁴ Em meio a diversas dificuldades e fundado a partir de iniciativas da ONG – Memorial das Ligas Camponesas (2006), e de camponeses de Sapé preocupados com a existência e a manutenção da memória das Ligas Camponesas, o memorial não contou e nem dispõe de nenhuma medida de apoio por iniciativa do Estado paraibano.



Figura 10 - Fonte: Secretaria de Comunicação Institucional GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.

Durante evento ocorrido na Universidade Estadual da Paraíba em Agosto de 2011, o Governo do Estado anunciou que está desapropriando a terra onde viveu Elizabeth e João Pedro Teixeira para construir um Memorial das Ligas Camponesas, e que irá articular com os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte para reviver o trajeto das Ligas Camponesas⁷⁵. O decreto é o primeiro passo para o processo de restauração, desapropriação e tombamento da famosa casa de João Pedro, que aparece no filme *Cabra Marcado Pra Morrer*, do cineasta Eduardo Coutinho. O resgate histórico da memória das Ligas Camponesas é o principal objetivo da ONG – Memorial das Ligas Camponesas, fundada em 2006 em Sapé. A ONG pretende transformar a casa e o terreno no Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste.

Figura – 11 e 12 – Homenagem a João Pedro Teixeira (2011) – Percurso realizado na estrada Café do Vento (João Pedro Teixeira), até o sítio Antas do Sonho, em Sapé - PB⁷⁶.



⁷⁵ Após quase 50 anos do assassinato de João Pedro Teixeira, bem como das intensas mobilizações das Ligas ocorridas em Sapé - PB e no Nordeste, o Estado (paraibano) que outrora foi o principal agente da repressão contra as Ligas Camponesas, e que tem sido responsável pela supressão da memória camponesa, com essa iniciativa “dar indicativos” de que caminha em direção a um possível reconhecimento da necessidade que se tem, não apenas de recuperar a memória camponesa atrelada as Ligas, mas de mantê-la viva. Com essa medida o Estado tenta minimizar sua dívida com os movimentos sociais, militantes e familiares de membros das Ligas, que foram duramente perseguidos, presos e assassinados durante anos de repressão ao movimento e conseqüentemente a sua memória.

⁷⁶ Figura 11, 12 disponíveis em: <http://ligascamponesas.blogspot.com/> - Acesso em 28/09/11.



Figura 13 – Elizabeth Teixeira (87 anos), em seu discurso no sítio Antas do Sonho junto ao Governador do Estado, Ricardo Coutinho (à esquerda), e ao escritor Agassiz de Almeida (à direita)⁷⁷.

⁷⁷ Ibid.